

Jornal da Unicamp

A universidade pensa a si mesma



A professora Glaci Zancan, vice-presidente da SBPC, durante palestra na Unicamp em outubro

Na profusão de debates que se realizaram na Unicamp nos últimos meses, predominaram as discussões sobre os rumos da educação e da própria universidade. A série de seminários promovidos pela Coordenadoria Geral da Universidade (CGU), por exemplo, prosseguiu em outubro passado com uma importante reflexão sobre a estrutura departamental nas instituições de ensino superior brasileiras. Em novembro, pesquisadores de várias universidades vieram discutir dois anteprojetos em tramitação no Congresso, no contexto do Plano Nacional de Educação. Dando seqüência à série de reportagens sobre os projetos mais importantes em andamento no âmbito das Pró-reitorias, o **Jornal da Unicamp** foi ouvir o professor José Cláudio Geromel, pró-reitor de Pós-Graduação. **Páginas 3, 4 e 6.**

DIFUSÃO TECNOLÓGICA

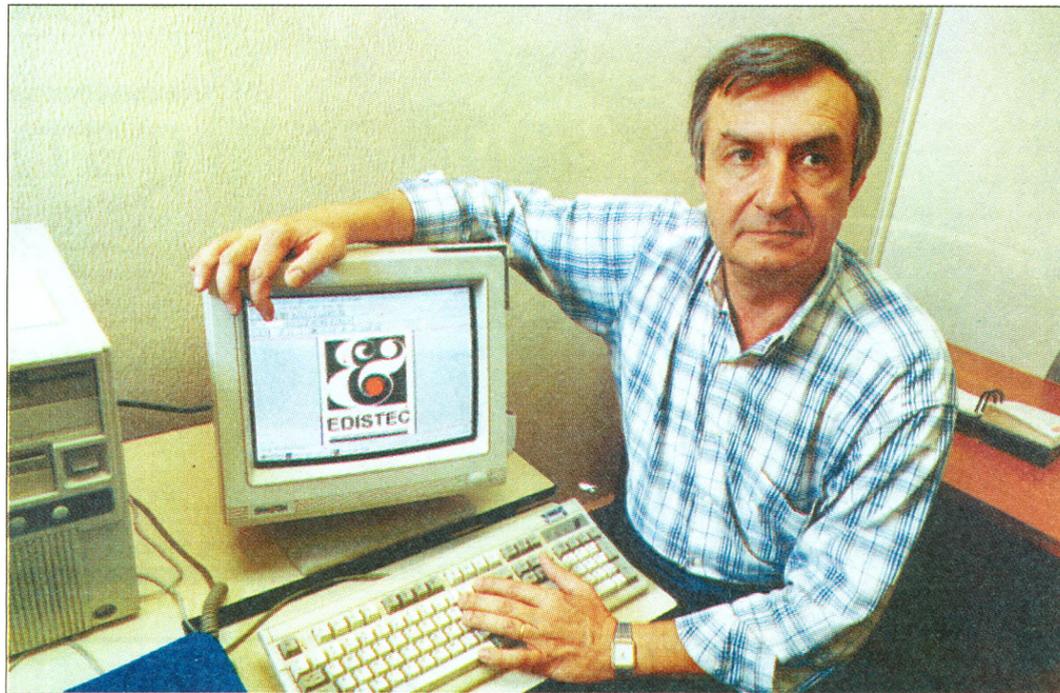
Reorganiza-se apoio às parcerias

Edistec substitui ETT e tem a função de transferir tecnologia e difundir serviços nas diferentes áreas do conhecimento

A parceria entre a Universidade e o setor produtivo não pode ficar restrita ao campo tecnológico. As pesquisas geradas pelas diferentes áreas do conhecimento devem estar disponibilizadas a todos os segmentos de mercado, independentemente do campo de atuação. Com esta filosofia a Unicamp cria o Escritório de Difusão de Serviços Tecnológicos (Edistec), que surge em substituição ao Escritório de Transferência de Tecnologia (ETT). "O órgão assume a responsabilidade de ser o parceiro da instituição perante a sociedade nas áreas tecnológicas, exatas, humanas, artísticas e biológicas", afirma o professor Douglas Eduardo Zampieri, diretor-executivo do Edistec.

Em se tratando de transferência de conhecimento, o Edistec, pelo vasto leque de atribuições, constitui-se no principal elo de ligação entre a Universidade e o segmento de produção de bens e serviços. "Compete ao órgão organizar e divulgar os produtos, processos e serviços feitos nos diferentes departamentos da Unicamp", afirma Zampieri.

O atendimento ao cliente é uma das principais preocupações do órgão. Segundo o químico Ricardo Vicino, responsável pelo setor de projetos tecnológicos, o



Douglas Zampieri: acompanhamento global do projeto e avaliação dos resultados

contato inicial com o cliente consiste na identificação do problema apresentado pelo solicitante. "Procuramos extrair o maior número de informações, apresentando-as numa linguagem adequada para o pesquisador de maneira que ele se sinta estimulado a desenvolver o projeto. Se necessário, visitamos a empresa, reunimos materiais e amostras, tudo com o objetivo de municiar o pesquisador", afirma Ricardo, que divide esse trabalho com o

engenheiro Davi Sales, assessor técnico do Edistec.

A definição do nome do pesquisador tem início num banco de dados que o Edistec mantém em sua *home-page*. Pesquisadores e temas de pesquisa alimentam um banco de dados que aumenta diariamente. Identificado o pesquisador, é elaborada uma planilha de custos para a composição do orçamento. O número de horas previstas, de pesquisadores, de alunos e o uso de labora-

tórios são basicamente os itens que determinam o preço final do projeto.

Douglas Zampieri ressalta que as mudanças no escritório, nesta nova fase, não são apenas na nomenclatura. A primeira preocupação da atual administração foi extinguir órgãos, subordinados a diferentes pró-reitorias, cujas atribuições se sobrepuñam, ou seja, setores que tinham a função de transferir tecnologia. O próprio ETT estava subordina-

do à Pró-Reitoria de Extensão, enquanto que o Edistec hoje está ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa.

Além disso, a dinâmica do trabalho foi bastante modificada. "Não podemos ficar na posição de um corretor de imóveis que sai do circuito assim que as partes envolvidas assinam o contrato". Segundo ele, muitas vezes a própria assinatura de contrato ocorria sem o conhecimento do escritório que, ao estabelecer o contato inicial, era atropelado pelos interessados e excluído da etapa de negociação. "Não pretendemos, nem de longe, partir para medidas policiais, mas também não queremos ser 'curto-circuitados' pelas partes envolvidas".

O Edistec vem atuando no sentido de acompanhar todas as etapas do projeto, desde a elaboração do contrato até a entrega do produto ou serviço acabado. É necessário identificar problemas que surgem ao longo do percurso e sugerir alternativas. "Precisamos saber qual o grau de satisfação do solicitante e da equipe que está empenhada na realização do trabalho", afirma Zampieri, ressaltando que a meta a curto prazo vai além do atendimento às solicitações e da administração dos contratos firmados. "Nosso objetivo é gerar demanda", afirma. (A.C.)

PESQUISA E INFORMAÇÃO

Erro estratégico, suicídio político

José Roberto Ferreira

É voz corrente que o ovo de pata é o melhor. No entanto, todos preferem mesmo o de galinha. Qual o motivo dessa, digamos, contradição alimentar? Vamos buscar a "explicação" no marketing político. A pata bota seu ovo e se mantém em silêncio — ninguém fica sabendo que ela trabalhou. Já a galinha, mal conclui sua postura e imediatamente entoa um forte cacarejar, anunciando que acabou de dar ao mundo mais um fruto de sua produção.

Com essa comparação, tenta-se aqui ilustrar a maneira como a universidade pública brasileira se comporta no momento de informar os resultados do seu trabalho. No episódio da galinha e da pata, agimos como a pata: fazemos um produto de boa qualidade, mas não nos preocupamos em divulgá-lo.

Está certo que o mais importante para a universidade sempre foi cuidar prioritariamente da qualidade de sua produção, o que, de fato, é fundamental. Mas, diante das dificuldades que agora se apresentam, e que deverão ser maiores nos dias que se avizinharam, não seria o caso de nos preocuparmos também com a divulgação da nossa produção? Cacarejar um pouco, como aconselharia a galinha?

Evidentemente, a situação não é de completa mudez. Com diferentes graus, cada universidade pública desenvolve algumas práticas voltadas à divulgação de suas atividades para a sociedade. No entanto, há que se reconhecer a predominância do acanhamento sobre a ousadia, do conservadorismo sobre a inovação, do comodismo sobre o empenho. O que se ouve lá fora, vindo da universidade pública, ainda é um leve sussurro (ou um "piu", para mantermos as comparações zoológicas), o que reflete um imensurável equívoco com suas sentidas conseqüências.

O grande equívoco é o de não se considerarem as ações de comunicação, via imprensa, como estratégicas para a universidade no seu relacionamento com a sociedade. A questão não se resume a uma prestação de contas, o que já constituiria uma obrigação natural. A exigência é mais ampla. A universidade pública precisa ter a sociedade como sua aliada nos embates, há tempos anunciados, que agora se tornaram inexoráveis. E a divulgação das coisas que se fazem nos campi por meio dos veículos de comunicação se constitui indispensável instrumento para atingir e sensibilizar a opinião pública. Se antes (alguns anos atrás) as oposi-

ções à universidade pública se manifestavam aqui e ali, isoladamente, e se limitavam apenas ao discurso de uns poucos privatistas de plantão, hoje ganharam unidade, representatividade e práticas articuladas. As frentes nas quais a universidade pública terá de se apresentar são as que tocam não só na sua sobrevivência, mas também na sua própria natureza.

Os recursos públicos, notoriamente, estão cada vez mais escassos e, portanto, mais concorridos. Como fazer com que as causas da universidade pública tenham a força política e a legitimidade social que têm as causas da saúde, da habitação, da segurança etc? Não há outro jeito que não o de mostrar para a sociedade a importância da universidade. Sem a ajuda de um coro popular, nossos pleitos, mesmo que justos, dificilmente sensibilizarão os ouvidos do poder.

A fragilidade da aliança entre a universidade pública e a sociedade já se faz sentir em aspectos nada desprezíveis. Os momentos de decisão dos orçamentos são um exemplo. Quer no federal, o que se vê são reitores e a comunidade universi-

tária numa luta por mais verbas que já se sabe, de antemão, perdida.

No plano ideológico, como não há na opinião pública uma idéia formada sobre o que se faz nos campi, abriram-se flancos para as correntes políticas que se opõem à universidade pública. O exemplo mais sentido é a maneira como a tese da cobrança de mensalidades vem se ampliando e ganhando vigor nos mais diferentes setores organizados da sociedade.

Em resumo: por deficiência de comunicação, a universidade pública não só deixa de construir uma aliança utilíssima com a sociedade, como passa a ter a oposição da opinião pública. Um erro estratégico e um suicídio político.

E não se pode dizer que as pessoas, os leigos, não têm interesse pelas coisas feitas na universidade. Dados de uma abrangente pesquisa de opinião pública ("O que o brasileiro pensa sobre Ciência e Tecnologia", CNPq/Instituto Gallup) informam existir na sociedade um grande interesse por notícias de C&T (vale dizer, pelas pesquisas feitas nas universidades), mas, ao mesmo tempo, revelam que as pessoas pouco sabem sobre

quem produz ciência no Brasil.

Certamente há razões históricas para explicar a distância entre os campi e as cidades, mas já se foram os tempos em que a universidade era passivamente aceita como um centro de indiscutível excelência — o que emprestava um caráter incondicional aos recursos financeiros nela aportados ("Olha aqui esse monte de dinheiro para vocês gastarem como quiserem. No ano que vem tem outro tanto desse."). A maneira mais complexa pela qual a sociedade está hoje organizada, o aprimoramento da cidadania e as sucessivas crises transformaram a universidade em uma instituição mais comum, mais suscetível aos humores dos novos tempos; seu status baixou.

A postura de "torre de marfim" perdura, no entanto, e em parte por causa da ausência de uma cultura na universidade sobre a importância da comunicação como recurso estratégico de aproximação com a sociedade.

A ausência dessa cultura se faz sentir amplamente. Os docentes, em sua maioria, mostram resistência em incorporar a divulgação de suas pesquisas para o público leigo como uma etapa do seu processo de trabalho. O empenho em produzir e em comunicar para os seus pares não se verifica quando se trata de divulgar para a sociedade, que

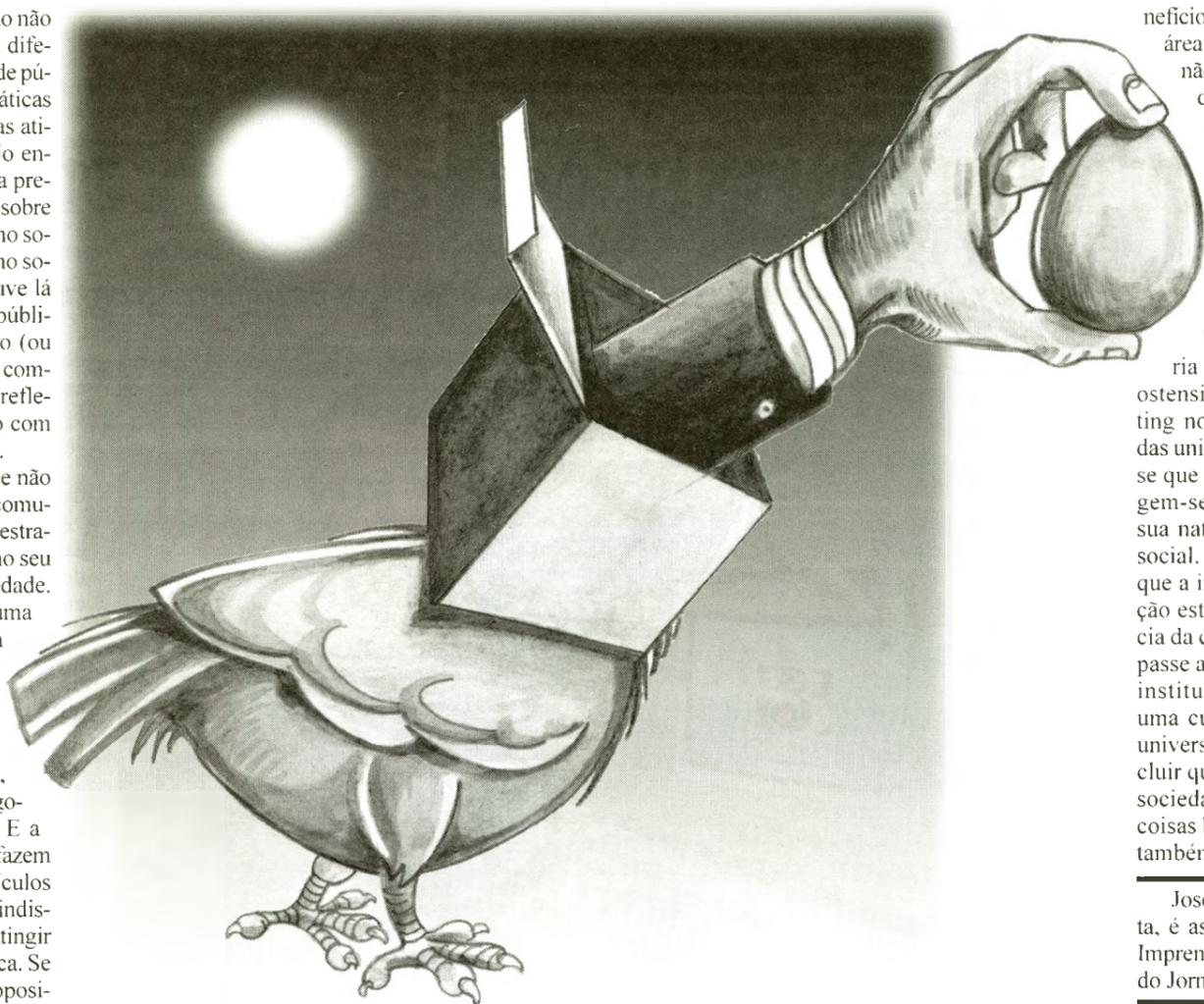
foi quem pagou a conta e se deseja que continue pagando.

Já entre os dirigentes, notadamente no início do mandato, percebe-se que há uma preocupação quanto à divulgação da instituição. Alguns deles, de fato, transcendem da preocupação para a ação de uma maneira coerente e profissional, contemplando prioritariamente a instituição. Outros tantos escorregam para a personalização da divulgação, preocupando-se mais consigo mesmos ou em marcar a sua própria gestão. Na maioria dos casos, contudo, o que predomina é o entendimento da comunicação simplesmente como uma atividade-meio qualquer, necessária, porém não fundamental.

Por último, a falta de cultura de comunicação nas universidades é melhor exposta na maneira como estão implantados os setores que cuidam da sua divulgação (assessoria de imprensa, coordenadoria de comunicação social etc.). Com pouquíssimas exceções, o setor de comunicação existe somente nas reitorias. Como instância de representação e de organização da universidade, são indiscutíveis a importância e a necessidade de a reitoria contar com uma assessoria de imprensa; o problema é que as unidades universitárias, que são os locais onde a universidade de fato acontece, não contam com esse benefício. Ou seja, exatamente numa área como a de comunicação, não há um canal institucional de interlocução entre a reitoria e as unidades e destas com as comunidades que lhe são próximas ou afins.

Quando uma empresa privada necessita melhorar sua imagem junto à opinião pública, basta a decisão da diretoria para se desencadear uma ostensiva campanha de marketing no horário nobre. No caso das universidades públicas, sabe-se que a solução não é essa; exigem-se ações coerentes com a sua natureza e com o seu papel social. Por isso, é imprescindível que a importância da comunicação esteja presente na consciência da comunidade universitária, passe a fazer parte do espírito da instituição. Assim, dotada de uma cultura de comunicação, a universidade pública poderá concluir que, aos olhos e ouvidos da sociedade que a mantém, fazer coisas boas não basta. É preciso, também, anunciá-las.

José Roberto Ferreira, jornalista, é assessor de Comunicação e Imprensa da Unesp e editor-chefe do Jornal da Unesp.



UNICAMP — Universidade Estadual de Campinas

Reitor — Hermano Tavares. **Vice-reitor** — Fernando Galembeck. **Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário** — Luiz Carlos Guedes Pinto. **Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários** — João Wanderley Geraldi. **Pró-reitor de Pesquisa** — Ivan Emílio Chamboleyron. **Pró-reitor de Pós-Graduação** — José Cláudio Geromel. **Pró-reitor de Graduação** — Angelo Luiz Cortelazzo.

Jornal da Unicamp

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Periodicidade mensal. Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP — Telefones (019) 788-7865, 788-7183, 788-8404. Fax (019) 289-3848. **Home-page** — <http://www.unicamp.br/imprensa>. **E-mail** — imprensa@obelix.unicamp.br. **Editor** — Eustáquio Gomes (MTb 10.734). **Subeditor** — Amarildo Carnicel (MTb 15.519). **Redatores** — Antônio Roberto Fava (MTb 11.713), Célia Piglione (MTb 13.837), Isabel Cristina Gardenal de Arruda Amaral, Nadir Antônia Platano Peinado (MTb 16.413), Raquel do Carmo Santos (MTb 22.473) e Roberto Costa (MTb 13.751). **Colaboradores**: Paulo César do Nascimento (MTb 14.812), Maristela Tesseroli Sano (MTb 22.135) e Maria do Carmo Pagani (MTb 17.631). **Fotografia** — Antoninho Marmo Perri (MTb 828). **Projeto Gráfico** — Amarildo Carnicel. **Ilustração** — Oséas de Magalhães. **Diagramação** — Roberto Costa, Dário Mendes Crispim, Hélio Costa Júnior e Oséas de Magalhães. **Editoração Eletrônica** — Dário Mendes Crispim, Hélio Costa Júnior e Oséas de Magalhães. **Serviços Técnicos** — Clara Eli de Mello, Dulcinéia Ap. B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Fotolito e Impressão**: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

ENTREVISTA: JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL

“Descentralizar para agilizar”

Amarildo Carnicel

A decisão de descentralizar algumas das atribuições administrativas da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG) está agilizando substancialmente o andamento dos processos relativos ao financiamento das atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas na Unicamp. É o que afirma o pró-reitor José Cláudio Geromel, após verificar que algumas unidades, por razões diferentes, vinham devolvendo às agências de fomento, ao final do convênio, montantes oriundos de recursos concedidos e não gastos. Isso ocorria porque o trâmite era lento, uma vez que todas as etapas passavam, necessariamente, pelas mãos do pró-reitor. Agora o trabalho passa a ser feito pelos executores desses convênios, ou seja, pelos coordenadores dos cursos de pós-graduação. Também no sentido de melhorar ainda mais o desempenho dos cursos de pós-graduação, a PRPG criou três comissões cujo trabalho deve resultar na proposição de um novo regimento geral dos cursos de pós; na elaboração de um manual do aluno de pós e, finalmente, na fixação de regras para oferecimento de programas de pós-graduação *lato sensu*, interinstitucionais e profissionalizantes.

JU — A PRPG vem adotando uma política de descentralização de algumas de suas atribuições. Com que objetivo?

José Cláudio Geromel — A primeira medida diz respeito à descentralização das ações administrativas do convênio Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para as unidades de ensino e pesquisa. O gerenciamento desse convênio não mais se dá através da PRPG, mas sim através das unidades que agora fazem o gerenciamento interno. Após efetuado o gasto pelas unidades, o processo é encaminhado à PRPG, que faz a prestação de contas junto à Capes. Nesse caso, a PRPG agiliza o processo e presta esse serviço sem qualquer ônus administrativo para as unidades.

JU — Explique melhor o programa.

Geromel — O Proap é o convênio com a Capes que permite o financiamento das atividades de pesquisa e a participação em eventos científicos de professores e alunos de pós-graduação. Toda a parte de financiamento direto ao corpo docente e corpo discente, salvo bolsas, é financiado através desse convênio.

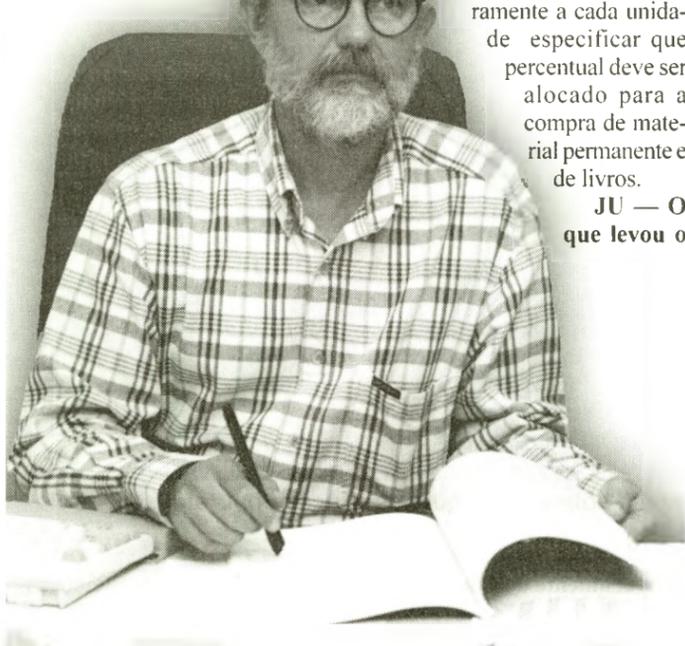
JU — Até então, como vinha ocorrendo esse gerenciamento?

Geromel — Do ponto de vista administrativo, tudo era feito pela PRPG. Essa centralização dificultava o trabalho feito pelas unidades de ensino e pesquisa. Todos os processos passavam necessariamente pelas mãos do pró-reitor. O trabalho agora passa a ser feito pelos executores desses convênios nas unidades, que são exatamente os coordenadores dos cursos de pós-graduação, em consonância com seus respectivos diretores. São eles que devem gerenciar a melhor maneira de em-

pregar esses recursos.

JU — Como se dá a distribuição desses recursos por unidades?

Geromel — Na verdade, o convênio estipula valores mensais que são repassados aos cursos de pós-graduação de cada unidade da Unicamp. A agência define os recursos e os envia à Pró-reitoria, que repassa os valores imediatamente aos centros orçamentários dos



Geromel: maior autonomia aos executores de convênios

respectivos cursos. Esses valores são creditados nos centros orçamentários e disponibilizados aos cursos. Todas essas informações estão contidas no *site* desenvolvido pela PRPG e que pode ser consultado a qualquer momento. O *site* contém informações como receita, despesa, saldo e as regras para utilização dos recursos disponíveis.

JU — Quais os critérios que a Capes adota para destinar esses recursos às unidades?

Geromel — O montante é composto de uma parcela fixa e de outra variável para cada curso. A parcela variável depende do número de bolsistas/Capes de cada um. Assim, cada curso recebe R\$ 16 mil mais cerca de R\$ 2 mil por bolsista por ano, dependendo do número de bolsistas de mestrado, de doutorado e de um peso relativo de cada área (entre 2 e 5) definido pela Capes.

JU — Como deve ser usado esse dinheiro?

Geromel — O dinheiro é contabilizado de maneira integral, segundo a vigência do termo aditivo, que é anual. Esse convênio se encerra no próximo dia 28 de fevereiro, quando o saldo é apurado. Se houver saldo, o montante deve ser devolvido à Capes. Essa devolução é um assunto que vem sendo discutido. A Capes, através do atual convênio, não permite a compra de bens materiais permanentes, sequer a aquisição de livros — restrições por demais severas. Sendo assim, queremos solicitar à Capes que sejam procedidas alterações ainda no decorrer deste ano. Caso ocorra algum saldo em fevereiro, nossa intenção é que ele permaneça na Unicamp, ten-

do em vista que o montante global já foi concedido e conseguido exclusivamente através do mérito e do desempenho dos nossos programas de pós-graduação.

JU — E esse pedido já foi formalizado?

Geromel — Ainda não. Está em fase de finalização um estudo interno da universidade que toma como base os valores globais já concedidos. Desse montante, cabe primeiramente a cada unidade especificar que percentual deve ser alocado para a compra de material permanente e de livros.

JU — O que levou o

sr. a apresentar essa proposta?

Geromel — Logo que assumi a Pró-reitoria, tomei conhecimento de que era necessário devolver R\$ 600 mil à Capes, relativamente a um determinado convênio. A primeira providência foi obter junto à agência a prorrogação desse prazo por um período de seis meses. Com isso, o saldo devolvido foi da ordem de R\$ 150 mil. Felizmente percebemos, já de início, que a descentralização administrativa certamente agilizaria o fluxo. As unidades têm respondido à altura: o número de erros que temos verificado nas ações tomadas é bai-

xíssimo. Todas as unidades estão executando o convênio de maneira adequada. A decisão sendo tomada no âmbito de cada unidade facilita o uso dos recursos disponíveis e isso influencia muito na disponibilidade dos docentes e dos discentes em proporem atividades a serem financiadas. O que pretendemos é que o saldo em fevereiro seja muito pequeno.

JU — A descentralização pode ser ampliada para outros convênios?

Geromel — Sim. Para o financiamento de várias atividades, por exemplo, através de uma fonte de recursos que chamamos de conta-apoio. Trata-se de uma conta em nome das unidades constituída a partir de saldos oriundos de convênios que não exigiam a respectiva devolução. Até aqui, essa conta é gerenciada pela PRPG. Em função dos bons resultados alcançados com a descentralização do Proap, decidimos fazer o mesmo com a conta-apoio. O gerenciamento passará a ser feito exclusivamente pelas unidades. O primeiro passo foi consolidar as con-

tas de cada unidade, colocando nos seus centros orçamentários os valores apurados relativamente a cada uma delas. Isso foi consolidado e está pronto. De agora em diante, todo o valor obtido através de aplicação financeira já está sendo creditado automaticamente nos respectivos centros orçamentários. Dentro desse contexto, toda descentralização deverá resultar em agilização, em maior conforto na aplicação dos recursos existentes.

JU — Como o sr. avalia o desempenho da pós-graduação da Unicamp?

Geromel — Em função dos conceitos que a Capes divulgou recentemente — ainda não definitivos, na medida em que 27 dos 63 cursos entraram com recurso solicitando revisão do conceito — naturalmente nos vimos diante da necessidade de fazermos uma reflexão a respeito. Essa reflexão foi feita pela PRPG e se encontra num documento enviado a todos os diretores e representantes de unidades e do corpo discente na Comissão Central de Pós-Graduação (CCPG). Esse documento enumera alguns pontos que devemos atacar como forma de melhorar o desempenho global da Universidade, que considero atualmente bom. Nesse sentido a PRPG propôs à CCPG a criação de três comissões.

JU — Qual a composição dessas comissões?

Geromel — São comissões formadas por membros da CCPG. A primeira é presidida pelo professor Sírio Possenti, do Instituto de Estudos da Linguagem, e tem a missão de estudar e propor um novo regimento geral dos cursos de pós-graduação. A segunda vai analisar a criação de um manual do aluno de pós-graduação e tem como presidente o professor José Antonio Gontijo, da Faculdade de Ciências Médicas. A terceira, presidida pelo professor Mariano Francisco Laplane, do Instituto de Economia, estuda a viabilidade e propõe regras para constituição e oferecimento de programas de pós-graduação *lato sensu*, profissionalizantes ou programas de mestrado interinstitucional.

JU — Poderia detalhar esse trabalho?

Geromel — São inúmeros os pontos em que essas comissões vão atuar. Pretendemos propor um novo regimento geral para os cursos de pós-graduação, mais moderno e que consolide a experiência adquirida nos últimos anos. Uma preocupação diz respeito ao tempo para execução das dissertações de mestrado e de teses de doutorado. Outra comissão foi formada para nortear os alunos de pós-graduação sobre seus direitos e deveres. Existe na Universidade uma grande quantidade de cursos com regimentos próprios e isso dificulta a vida dos alunos. O objetivo é consolidar de maneira homogênea todas as regras da pós-graduação através da constituição de um manual do aluno de pós-graduação, no qual todas essas regras estejam bem claras. Uma terceira comissão estudará também em prazo exíguo outras ações igualmente importantes. Todos sabem que a pós-graduação é bem caracterizada no formato *stricto sensu*, ou seja, voltada à formação de mestres e de doutores. Entretanto, há uma tendência atual, estimulada

pela própria Capes, de implementação de novos cursos de pós-graduação do tipo *lato sensu* e mestrado profissional. São cursos que proporcionam uma ligação mais específica entre a Universidade e a sociedade, através, inclusive, da participação de empresas. É um assunto que deve ser bem analisado pela comissão. Precisamos definir exatamente o perfil dos cursos que desejamos oferecer. Essas são as três grandes linhas de trabalho que a PRPG adotará até o final do ano.

JU — Como funcionariam esses novos cursos?

Geromel — Primeiramente não podemos confundir a pós-graduação *stricto sensu* com outro tipo de pós-graduação. A pós-graduação *stricto sensu* é algo muito sedimentado dentro da Universidade. Ela é uma pós-graduação pública, gratuita. É isto que efetivamente todos defendemos. É uma linha com objetivos claramente científicos. Entretanto, a pós-graduação também pode dar sua contribuição para melhorar o desempenho de outras atividades de pesquisa que certamente teremos no futuro. Por exemplo, envolvendo empresas, grandes conglomerados. Eu imagino que nesses locais os cursos de pós-graduação sejam levados muito em conta. Espero que surja outro perfil de profissional que seja importante para a sociedade. Acho que a Universidade deve se posicionar e encontrar a fórmula ideal para oferecer esses cursos. O que não podemos é confundir essa iniciativa com cursos de reciclagem. Nosso objetivo é fazer uma pós-graduação de fato. Queremos agregar ao profissional todo um aprendizado além da graduação, mas com um perfil que pode não ser aquele que o *stricto sensu* tem para atender. É oportuno que a Universidade discuta qual é o perfil mais adequado e sob que condições ela acha importante oferecer isso à sociedade.

JU — Qual sua opinião sobre a institucionalização desses cursos?

Geromel — A Capes lançou a idéia do mestrado profissionalizante em 1995. Todo o arcabouço, as idéias que a Capes levantou na época serão estudados pela comissão. Devemos nos posicionar não apenas no sentido de atender às orientações da Capes, mas principalmente levando em conta o que a Unicamp acha que é mais importante oferecer à sociedade. É o momento de nos posicionarmos a este respeito. Certamente encontraremos uma maneira adequada de implementar esses programas.

JU — Esses cursos seriam pagos?

Geromel — Depende. Uma das possíveis implementações pode ser essa. Cursos pagos pelas empresas ou pelos interessados através da Escola de Extensão.

JU — Na prática, como a Universidade ofereceria esses cursos?

Geromel — Tudo o que diz respeito aos aspectos acadêmicos deve ficar sob o controle da CPG de cada unidade, com supervisão da CCPG. Agora, a parte relativa à execução ficaria por conta da Escola de Extensão, que tem oferecido de forma bastante competente um grande número de cursos aos profissionais em diferentes áreas de interesse.

Home page da

PRPG

<http://www.prpg.unicamp.br/~prpg/publico>

SEMINÁRIO

Em debate o Plano Nacional de Educação

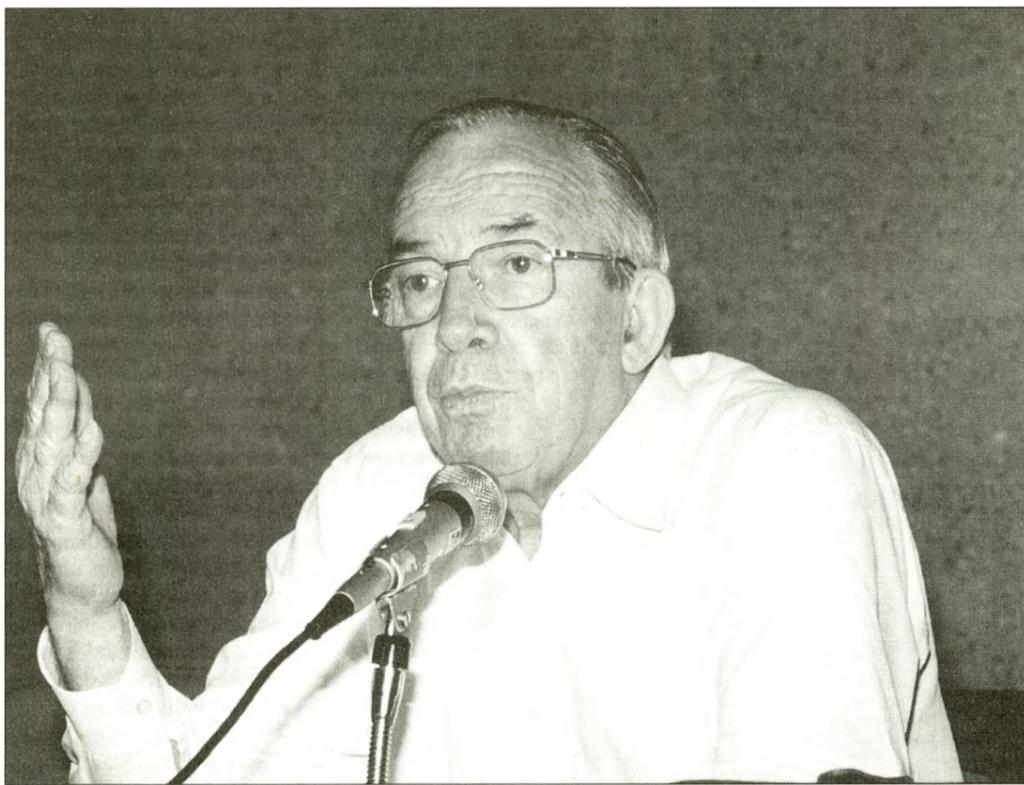
Pesquisadores de diferentes universidades debatem dois anteprojetos em tramitação no Congresso Nacional

No cenário da educação brasileira, dois anteprojetos em discussão no Congresso Nacional, para se estabelecer um plano nacional de educação, movimentam os meios acadêmicos. Por um lado, as medidas elaboradas pelo poder executivo, através do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), pautadas na questão da limitação financeira imposta pela situação atual do país. De outro, um projeto produzido no âmbito do 2º Congresso Nacional de Educação (Coned), realizado em novembro de 1997, e que se caracteriza pela participação da sociedade civil, afiançada pelos educadores.

Para jogar luz nesse embate, esteve na Unicamp, a convite da Coordenadoria Geral da Universidade (CGU), no último dia 22 de outubro, o professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Celso Beisegel. Em sua explanação "O Plano Nacional de Educação", o também pesquisador do Núcleo de Estudos do Ensino Superior (Nupes) da USP acenou para a reflexão das conquistas educacionais já alcançadas, através de dispositivos constitucionais, que, ao longo dos anos, percebeu-se que não representaram as vitórias preconizadas. Ele defende a necessidade da luta pela efetivação dos direitos consolidados na legislação.

Direitos na lei — A questão das iniciativas em se estabelecer por lei um plano nacional de educação polarizou o debate. O pró-reitor de Desenvolvimento Universitário, professor Luís Carlos Guedes Pinto, por exemplo, referenda a posição do professor Celso. Ele ilustra sua colocação com o caso do Movimento Sem-Terra (MST). "O Brasil tem uma lei de reforma agrária que daria para fazer muita coisa, mas o pouco que se fez foi a partir da organização do movimento, que agiu no sentido de obrigar o governo a solucionar o problema. Eles não estão questionando e lutando para alterar a lei", justifica. Para o professor Guedes, perde-se muita energia para incluir alguma coisa na lei, que freqüentemente não é cumprida. "A Constituição federal nos assegura quase um país ideal, mas é preciso deslocar as forças para as conquistas sociais", diz.

Ao longo da história, das lutas pela garantia da educação — desde as Constituintes de 1823, passando pela Constituição outorgada em 1924, pela lei do ensino em 1927 e por toda legislação educacional posterior, incluindo a de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) —, observa-se nos códigos do país uma ficção educacional incorporada. Por isso, o professor Celso acredita que se a sociedade começar a insistir em alvos a serem incorporados na lei, isso ficaria tão evidente que não poderá se efetivar, que se



Celso Beisegel, da USP: refletir sobre as conquistas educacionais alcançadas

passaria a convalidar a não aceitação da lei.

Uma colocação fundamental apresentada pela assessora da CGU, professora Lúcia Pereira da Silva, foi com relação à falta de dispositivos de cobrança de responsabilidades nas leis, dos poderes executivos municipal, estadual e federal. Ela acredita que o menosprezo da lei passa por essas esferas. O problema, argumenta o professor Celso, é que estas atribuições não ficam claras na Constituição. Embora a tendência das últimas leis mais gerais do país seja no sentido de clarear as obrigações da união, dos estados e dos municípios, ele considera que "infelizmente ainda se insiste numa ação solidária entre os órgãos, de forma que se em um determinado município as crianças e os jovens não estão tendo educação garantida pela constituição, você vai processar quem? O prefeito, o governador ou o presidente?", indaga.

Documento do Coned — Em meio às discussões, o pesquisador do Nupes deixou claro que não possui objeções quanto a um plano alternativo de educação mas declarou sua posição contrária ao modo como foi firmado o documento do Coned. A linha política que entende ter prevalecido, explica, é de confronto e recusa total ao modelo econômico e político e ao projeto global de educação. "Então trata-se de uma luta no plano político", atesta. Na defesa do 2º Coned, o professor César Nunes, da Faculdade de Educação, esclareceu que o reduzido tempo para se decidir quanto ao envio de propostas ao governo é que impediu a participação orgânica e plena da classe. Outro obstáculo foi com relação às participações conflitantes observadas no processo de elaboração da LDB. "O receio era se repetirem os mesmos episódios", esclarece César.

Apesar das imperfeições no documento apresentado pelo Coned, o professor Dermeval Saviani, da Faculdade de Educação, vê um avanço na proposta. "As medidas se firmam num diagnóstico sólido, que busca dados para fundamentar suas proposições, e quando formula propostas em termos de metas, o faz fixando gradativamente índices não só de investimentos, mas de dispêndios e de custos", diz. Enquanto no plano do MEC há contradições entre os limites orçamentários e as metas que ele fixa, já que não prevê recursos para viabilizar as metas.

Recursos para educação — O aspecto orçamentário também provocou polêmica durante o debate. O professor Dermeval esclarece que pela proposta do MEC inicialmente se previa 6% do PIB a serem destinados para educação. Depois de muita pressão da sociedade, o valor

subiu para 6,5% ao final dos próximos dez anos. "Matematicamente, isso representa praticamente nada, ou seja, um percentual de 0,14% ao ano", observa. Analisando mais de perto o problema, ele verificou que na verdade está-se apostando para que esse aumento ocorra sem contar com os recursos da União. Pelo contrário, a proposta é enxugar e racionalizar para se conseguir menos dispêndio.

Quando o texto do Coned fala em destinar 10% do PIB para os recursos com educação, o professor Dermeval considera que se trata de um enunciado genérico porque, no detalhamento do plano, de fato eles vão de 6,9 a 9,1%. "Isso quer dizer que o crescimento é gradativo". Ele explica que começaria em 1998 e chegaria até 2007. De acordo com suas análises, essa proposta se assemelha à sua, quando ele defende a duplicação imediata do percentual do PIB investido em educação. Pelos cálculos feitos pelo professor Dermeval, o índice atual está em torno de 4% e se elevaria para 8%. A proposta do Coned, na média, também daria 8%, porque o aumento é gradual.

Mais do que a inviabilidade física de se liberar os recursos, o professor Dermeval acredita que o problema é de definição política. Avaliando a questão, ele lembra as manchetes do jornal *Folha de S. Paulo*, em janeiro, quando o governo federal liberou cerca de R\$ 50 bilhões para o rombo dos bancos estaduais. No caso dos 8% do PIB para educação, ao se considerar o índice de 1997, isto somaria algo em torno de R\$ 34,6 bilhões. "Ainda sabendo que são contextos diferentes, pergunta-se por que para os bancos há dinheiro e para a educação não", indaga. Poderia se alegar que a situação dos bancos é momentânea e os investimentos em educação seriam destinados anualmente, argumenta Dermeval. "Mas, o anualmente também é relativo", explica. Pois uma vez instalado o sistema educacional, e ele estando funcionando perfeitamente, poder-se-ia voltar aos níveis normais de orçamento. No momento é preciso um investimento maciço.

O raciocínio de que "se foi possível arranjar tantos bilhões para bancos e por que não para a educação" não funciona, segundo o professor convidado, Celso Beisegel. O problema, na sua opinião, é que a derrubada do sistema financeiro teria consequências imediatas. É como um infarto na sociedade, ao passo que a falta de educação é semelhante à subnutrição, que leva anos para se efetivar como um desastre. Em termos políticos, diz o professor Celso, o desastre econômico afeta mais diretamente os governantes. (R.C.S.)

"É importante qualificar números e índices"

Lembrando que hoje no Brasil gasta-se mais de 60% do orçamento federal para pagar juros e dívidas, o pró-reitor de Desenvolvimento Universitário, Luís Carlos Guedes Pinto, acha importante qualificar os números e índices propostos para serem destinados para a educação.

"É perigoso se ater a percentuais e aos grandes números. É importante qualificar", enfatiza o pró-reitor. Segundo ele, exemplo disso é o orçamento das universidades estaduais paulistas de 9,57% da arrecadação do ICMS, nos quais inclui-se o pagamento dos inativos, que deveria estar no orçamento da previdência, mais a manutenção dos serviços da área de assistência à saúde. Ao considerar tudo isso, o índice cai para menos de 6%

e não mais 9,57%.

Afora estes cálculos, o pró-reitor lembra que o governo de São Paulo fez um acordo com o governo federal para acertar as suas contas pagando cerca de 13% da arrecadação com os impostos, durante 30 anos. Este percentual sobre o total da arrecadação equivale a mais de duas vezes o destinado às três universidades estaduais.

Neste contexto, o professor Guedes alerta para cautela ao se trabalhar com números. Já o professor Celso não se anima muito com uma reivindicação de 10% do PIB para a educação porque acredita ser inviável. Ao mesmo tempo, no entanto, torce para que ocorra. (R.C.S.)

ENTREVISTA: EDUARDO BULISANI

Parceria dá bons resultados

Maria do Carmo Pagani

A parceria entre a Unicamp e o Instituto Agrônomico de Campinas (IAC) remonta à história da criação da própria Universidade. Alguns pesquisadores do IAC, por exemplo, passaram a integrar o corpo de pesquisadores da Unicamp assim que ela foi criada. Eduardo Bulisani, diretor do IAC, conta nessa entrevista como tem sido o relacionamento entre as duas instituições, o resultado de trabalhos conjuntos e os planos para novas parcerias.

JU — O Instituto Agrônomico e a Unicamp são instituições de importância relevante para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional. A proximidade é apenas física, já que ambas estão sediadas em Campinas?

Eduardo Bulisani — Os resultados dos projetos de pesquisa, assim como as parcerias entre o Agrônomico e a Unicamp, são difíceis de ser mensurados especialmente do ponto de vista estritamente econômico, uma vez que ambas as instituições tratam do conhecimento. A união entre o Agrônomico e a Unicamp, porém, existe desde a implantação da Universidade. Houve, no início, até mesmo uma migração de pesquisadores do IAC que se tornaram professores da Unicamp. Na área de ciências biológicas, três de nossos pesquisadores foram lecionar na Unicamp logo que ela foi criada.

JU — Podemos dizer então que o IAC contribuiu para a formação da Universidade?

Bulisani — A relação sempre foi intensa e na fase inicial incluiu também o Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), que se originou do próprio Agrônomico. O Ital também participou ativamente na formação da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA). Quando a Unicamp foi instalada de fato existiram até mesmo discussões no sentido da junção com o IAC, no caso de a Universidade partir para pesquisas na área agrônômica, o que acabou não acontecendo. Os objetivos de ambas são convergentes, ou seja, tanto o Agrônomico quanto a Unicamp trabalham no sentido de desenvolver conhecimento.

JU — Por conta dessa convergência, as parcerias têm sido benéficas para ambas as instituições?

Bulisani — Entendo que sim. Mas elas chegam a extrapolar as instituições. Um exemplo nos remete ao início dos anos 70, quando a informatização passou a ser necessidade básica dos centros de pesquisa. O Agrônomico é usuário de informática. E ela chegou a nós por meio do apoio fundamental do Centro de Computação da Universidade. Essa parceria acabou resultando no desenvolvimento de um programa que trata da agrometeorologia, com metodologia de zoneamento agrícola baseada nos parâmetros



Bulisani: "Parceria é um mecanismo capaz de criar melhores condições de trabalho"

climáticos e no conhecimento das exigências das culturas e da meteorologia geral, que prevalece com sucesso até hoje. Isso porque presta serviços à comunidade agrícola. O programa, aplicado no Centro de Ensino e Pesquisa em Agricultura (Cepagri) e também no IAC, agrega informações sobre irrigação, como e quando plantar, além da previsão do tempo, um dado de interesse geral. Assim, os benefícios da parceria extrapolarão as duas instituições para beneficiar produtores agrícolas e a população.

JU — Do ponto de vista de aperfeiçoamento dos profissionais, como tem sido a relação entre a Unicamp e o IAC?

Bulisani — A integração

existe igualmente em intensidade. Não apenas nas ciências biológicas como nas demais áreas de conhecimento, pesquisadores do Agrônomico têm participado de programas de pós-graduação da Unicamp. Temos também pelo menos 20 pesquisadores que atuam como professores credenciados na Universidade. O Agrônomico colabora com a Universidade, por outro lado, no desenvolvimento de teses de pós-graduação, principalmente na área de biologia, enfocando, por exemplo, melhoramento e adaptação de plantas às características de solo e de clima de regiões tropicais, mecanização agrícola, sementes e mudas. Atualmente seis trabalhos de estudantes da Unicamp estão sendo desenvolvidos aqui e têm co-orientação de nos-

so pesquisadores. Esse número varia a cada ano, mas nossa relação com as unidades são de tamanha aproximação que sequer fazemos convênios formais com a Universidade. A regra tem sido os acordos entre os departamentos.

JU — Existem pesquisas conjuntas sendo desenvolvidas?

Bulisani — Temos algumas. Pesquisadores do Agrônomico integram o grupo de cientistas, coordenado por profissionais da Unicamp, que faz o levantamento da flora paulista. Esse trabalho foi iniciado pelo professor Hermógenes Leitão, que atuou vários anos no IAC, antes de transferir-se para a Universidade. Nossos pesquisadores não são

botânicos, mas atuam no Centro de Recursos Genéticos e, nesse campo, contribuem com a pesquisa. Na área de nutrição mineral de plantas também estamos juntos em um trabalho. Um terceiro está sendo realizado em conjunto com a Faculdade de Engenharia Agrícola.

JU — Pelo que se pode constatar, essa relação, intensa no passado, permanece fortalecida no presente. E para o futuro, existem projetos sendo encaminhados?

Bulisani — Esse ano elaboramos uma proposta conjunta na área de sensoriamento remoto, levantamento, classificação, análise da capacidade de uso do solo e área climática, que pretendemos encaminhar ao Prodetab, um programa do governo federal que divide recursos. A Unicamp entra no projeto na área de sócio-economia. O trabalho envolve ainda a Escola Superior de Agricultura Luiz de

Queiroz (Esalq), de Piracicaba, a Embrapa e dois assentamentos rurais, e apresenta duas fórmulas que permitem estudar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, uma realidade ainda nova no país.

JU — De que forma as parcerias com instituições podem interferir nas condições de trabalho ou nos salários pagos aos pesquisadores?

Bulisani — O Agrônomico tem enfrentado dificuldades. Mas quem não passa por elas? A parceria é sim um mecanismo capaz de criar melhores condições de trabalho. E isso ameniza as crises. Mas não resolve no geral os grandes problemas institucionais como o do papel do Estado em relação à ciência e tecnologia, ou o da dotação orçamentária. O modelo de atuação adotado pelo Estado faz com que as instituições busquem recursos para a infraestrutura de trabalho e de serviços. Ao Estado cabe outra função importante: a de garantir os salários dos funcionários e parte da infra-estrutura. As condições que garantem o trabalho, porém, vêm dos recursos obtidos com as parcerias. O que se vê nas instituições, atualmente, é que cada vez mais os recursos externos propiciam as condições de realização de projetos. As parcerias representam para o Agrônomico aporte de recursos em torno de 25% do orçamento de R\$ 17 milhões anuais, dos quais 60% seguem para o pagamento do pessoal. Esse modelo, eu considero, contribui para inserir as instituições na comunidade, já que elas passam a ser vistas como prestadoras de serviços indispensáveis.

Uma das mais antigas instituições de pesquisa

O Instituto Agrônomico de Campinas (IAC) foi fundado pelo imperador D. Pedro II em 1887 com a missão de direcionar pesquisas para a solução de problemas agrícolas, em especial os da cultura cafeeira. Hoje, 111 anos depois da criação da Imperial Estação Agrícola de Campinas, seu primeiro nome, o IAC ostenta o status de uma das mais antigas, tradicionais e importantes instituições de pesquisa da América do Sul.

O IAC conta com cerca de mil funcionários, 220 dos quais na função de pesquisador. Pioneiro nos estudos científicos e tecnologia em agricultura tropi-

cal e subtropical, o Agrônomico possui 20 estações experimentais no Estado de São Paulo. Em seus centros de pesquisas estão sendo desenvolvidos atualmente 684 projetos em diversas áreas ligadas à agricultura, seja na de melhoramento genético, de combate à pragas, adaptação ao clima ou estudo das condições do solo. São realizadas em média na instituição 1,2 mil ensaios a cada ano. Resultado das ações de pesquisa, principalmente no campo de melhoramento genético de plantas, um novo cultivar tem sido lançado a cada 41 dias.

Alguns exemplos ilustram

de modo marcante a atuação do IAC na agricultura nacional. Um deles, o feijão carioca, seguramente o de maior consumo no país, foi desenvolvido pelo Agrônomico. O morango e as frutas de caroço, produtos de regiões de clima temperado, passaram a ser cultivados com sucesso no Brasil após estudos realizados por pesquisadores do IAC, que possibilitaram a adaptação ao clima tropical brasileiro. O Agrônomico tem papel relevante, ainda, no cultivo do café arábica, não apenas no Brasil, como também na América Central e em parte da África. (M.C.P.)

SEMINÁRIO

Os departamentos no centro do debate

Glaci Zancan, vice-presidente da SBPC, questiona a necessidade da estrutura departamental

Raquel do Carmo Santos

Os 40 anos de vivência universitária da professora titular Glaci Zancan, do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), permitiram ao público do auditório da Biblioteca Central da Unicamp, na tarde do dia 7 de outubro, ter acesso a uma radiografia das diferentes reformas ocorridas nas universidades desde a década de 60. Também vice-presidente da SBPC, Glaci defende a teoria de que o ensino de graduação deve atender aos anseios da sociedade e que a pesquisa deve também ser aplicada na resolução dos problemas da comunidade. Ela foi convidada para participar da série de seminários promovidos pela Coordenadoria Geral da Universidade (CGU). Em sua palestra "Estrutura Departamental e Cursos de Graduação", a professora discorreu sobre a política universitária e científica desde 1946, quando os departamentos ainda eram chamados de cátedras.

Recheado de estatísticas e discussões, o debate evidenciou que é necessária uma mudança urgente na formação do aluno e que a educação precisa estar centrada no estudante e não no professor. Isto implicaria, segundo Glaci, na mudança de atitude do docente que passaria a ser um facilitador do conhecimento e o aluno, por sua vez, deixaria de ser passivo e dependente. Em sua teoria, o envolvimento dos alunos nos projetos de pesquisa e extensão contaria créditos e a flexibilidade curricular seria estabelecida permitindo uma formação mais adequada a um mundo em rápida transformação.

De acordo com Glaci, o problema das mudanças até agora ocorridas é que, em geral, aconteceram em nível estrutural. "A questão é de mentalidade, e mentalidade não se altera por decretos", comenta. Nesse caso, o valor da nova carta magna da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), reside no fato de que ela não é constituída de decretos, permitindo desta forma o despertar da criatividade no meio das universidades. "Nenhuma seria igual a outra se aplicado o espírito da reforma", diz.

Departamentos: sim ou não? — Em meio às discussões entre palestrante e público, concluiu-se que pela LDB não contém, deliberadamente, orientação sobre a organização das universidades e instituições de ensino superior. "Portanto, a lei, ao dar autonomia, permite que cada instituição defina a sua forma de organização", relata Glaci. Neste contexto, coloca-se uma importante questão a ser discutida: deve-se ou não manter os departamentos na estrutura da universidade?

Na opinião da professora, a existência de departamentos deveria estar vinculada ao seu funcionamento em nível acadêmico. Neste caso, a produtividade de cada um teria que passar por avaliações. Como exemplo, ela cita um episódio ocorrido em 1986 na Universidade Federal do Paraná, quando presidiu uma comissão para avali-



Glaci Zancan: "A educação deve estar centrada no estudante e não no professor"

A produção acadêmica nas universidades

De acordo com os dados das 22 universidades brasileiras que estão no topo da produção científica nacional, apresentados pela professora Glaci Zancan, ainda não disponíveis no Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Unicamp aparece em terceiro lugar em número de docentes produtivos, com 1,54 trabalhos publicados ao ano. Perde apenas para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/1,87) e para a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/1,57). Em quarto lugar está a Universidade Federal de Viçosa (1,52), seguida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1,45) e Universidade de Brasília (0,91).

Nos dados de evolução da produção acadêmica observa-se um crescimento de maneira geral, em relação ao período 93/94 e 95/97. Foram poucas as universidades que mantiveram o mesmo índice de produtividade. Nesse caso, a UFMG e Unifesp também foram as que mais cresceram na produção. De 1.399 trabalhos publicados em 93/94, com uma média de 1,03 trabalho por doutor, saltou para 1,87, ou seja 2,02 trabalhos por doutor. Este índice garantiu à UFMG ser considerada pela Capes como a universidade de melhor desempenho.

Vale lembrar, diz Glaci, que a UFMG realizou uma grande avaliação de seu sistema de pós-graduação, há cerca de dez anos, independente da Capes. O vice-reitor da Unicamp, professor Fernando Galembeck, também destaca as mudanças administrativas, com conteúdo político muito forte e importantes, implementadas pela instituição que, segundo ele, podem estar relacionadas ao grande progresso acadêmico exibido por aquela universidade. Outra questão é a medida adotada pela Capes de atrelar em sua avaliação, os conceitos de produção acadêmica. Para Glaci, "era natural que todo mundo passasse a produzir mais para ter uma avaliação melhor do curso de pós-graduação".

Por outro lado, pelo número de trabalhos publicados e o número de docentes, os índices são baixos. "Significa dizer que há um volume muito grande de docentes que não estão envolvidos na geração do conhecimento", alerta Glaci. Por parâmetros internacionais, comenta ela, sabe-se que são gastos 40% do tempo com as atividades didáticas e orientação de alunos. Resta saber o que os indivíduos estão fazendo com os outros 60% do tempo, indaga. (R.C.S.)

ação dos departamentos.

Analisando os números, ela notou que a média de tempo gasto pelos professores para o ensino de graduação era de 24%. "Havia, no entanto, departamentos cuja dedicação docente às atividades totais não passava de 3% do tempo que lhe era pago", observa. A comissão também registrou que os departamentos com boa carga horária de graduação eram os que tinham melhor produção científica e mantinham programas de pós-graduação. Ou seja, "os departamentos produtivos faziam pelo menos duas atividades bem feitas, enquanto os pouco produtivos não eram bons e não faziam nada bem, embora os professores continuassem recebendo normalmente seus vencimentos".

Outro ponto polêmico apresentado por ela foi que, mesmo considerando-se resumos enviados a congressos, a média de publicações por docente/ano era muito baixa. Portanto, Glaci acredita que muito mais que substituir estruturas ou acabar com departamentos, é importante fazer autocrítica, cor-

rigir erros e inovar soluções na busca permanente da qualidade acadêmica.

Fixação de currículos — A liberdade de fixação dos currículos dos cursos e dos programas, estabelecida pela nova lei, foi outra controvérsia observada. Segundo o professor Luiz Roberto Sobreira de Agostini, coordenador de graduação da Faculdade de Engenharia Civil (FEC), o enunciado da LDB declara que deve-se seguir as diretrizes gerais pertinentes. Há muito a comissão de graduação da FEC vem tentando, junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), identificar quais são essas diretrizes. Agostini tornou públicas interferências nas comissões de especialistas nomeadas pelo MEC, como por exemplo do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea). Com isso, ainda não se tem idéia de como fazer a reestruturação curricular que atenda às inovações tecnológicas do país.

Embora não discordasse de interferência das corporações, a pro-

fessora Glaci acredita que o MEC tem sido infeliz na escolha dos membros das comissões de especialistas. "Precisamos de jovens experientes para dar o salto necessário", diz ela. Seu receio é que os membros que estão assumindo estas funções acabem por definir os mesmos modelos já propostos anteriormente. "Uma posição mais radical seria acabar com o diploma e aí se acabaria com as corporações", enfatiza.

Na opinião do vice-reitor da Unicamp, professor Fernando Galembeck, a questão demanda muita discussão. Não é para menos. Ele lembra o relato do professor José Ellis Ripper, em um seminário realizado em outubro. Formado em engenharia eletrônica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Ripper doutorou-se em física e sua atividade profissional tem sido a de um físico. Como tem registro do órgão de classe, está legalmente habilitado a assumir responsabilidades técnicas de engenheiro. Por outro lado, em sua empresa trabalha um físico graduado que tem grande competência em engenharia mas

sem esse registro profissional, portanto não pode assumir responsabilidades técnicas que acabam recaíndo sobre o professor Ripper. "Por mais que celebremos a liberdade na fixação de currículos, é importante refletir que, no futuro, o jovem criativo que formaremos poderá ser barrado profissionalmente pelas corporações", justifica Galembeck.

Já a professora Helena Costa Lopes de Freitas, da Faculdade de Educação (FE), lembra que há alguns meses as universidades perderam uma ótima oportunidade de propor modelos diferentes quando foram chamadas a participar efetivamente das discussões sobre diretrizes para os cursos de graduação. Segundo ela, as instituições se limitaram a discutir grade curricular, elenco de disciplinas e áreas de formação, amparadas ou não pelas corporações, e deixaram de propor inovações no sentido de avançar em novas formas de articulação da graduação como por exemplo, organização departamental.

Manifesto — Para ilustrar esse fato, a professora Helena cita o manifesto em defesa da reforma universitária, divulgado na edição de julho/98 do *Jornal da Unicamp*, que trata de questões polêmicas da comunidade acadêmica. Ela considera que há, atualmente, duas concepções de universidade. Dois projetos em debate estão explícitos no Plano Nacional de Educação, proposto pelo MEC/INEP e que representa todo o pensamento oficial manifesto na atual reforma educacional. O outro é o plano apresentado pela sociedade civil, alicerçado pelos educadores, reunidos no 2º Congresso Nacional de Educação (Coned), em novembro de 1997. "São dois pontos de vista diferentes de produção acadêmica, científica, do que cabe às universidades. A questão é: como se dará a organização das universidades no sentido de garantir a autonomia para a construção de uma sociedade democrática, voltada para os interesses da população?", indaga.

Nesse ponto, a palestrante convidada, professora Glaci, é categórica ao dizer que a realidade é que hoje se tem uma lei. "No passado já brigamos por outra e perdemos. Para tentar reverter o quadro que aí está, teríamos primeiro que nos organizar para as mudanças e isso demoraria pelo menos mais cinco anos — tempo que a LDB levou para ser discutida no Congresso", afirma. Em sua opinião, o ideal é cada um tratar de fazer de sua instituição um modelo mais condizente com aquele que acredita. A lei faculta esta autonomia e permite que as universidades não sejam iguais. Quanto aos decretos baixados pelo MEC, se forem inconstitucionais, poderão ser discutidos juridicamente.

O problema maior, segundo Glaci, é que não se sabe o que quer. "Ninguém discutiu nada. Na época oportuna as universidades federais estavam em greve e não discutiram", justifica. Agora, o que precisa ser feito, em sua teoria, é acelerar as discussões dentro das universidades para se chegar mais rapidamente a propostas efetivas, antes que se crie uma estrutura contrária a que se espera. "Neste ponto cada instituição terá que promover a sua discussão", conclui.

QUALIDADE DE VIDA

Cecom desenvolve ginástica laboral

Exercícios físicos no local de trabalho evitam doenças relacionadas com o sedentarismo e melhoram desempenho do servidor

A prática de 15 minutos de exercícios físicos diários pode ser uma boa forma de melhorar a qualidade de vida do servidor da Unicamp. A prática minimiza e evita doenças relacionadas à atividade sedentária e, o que é importante, pode ser feita sem deixar o local de trabalho.

A sugestão é da fisioterapeuta Cristiana Marcélia Pera, do Programa de Qualidade de Vida do Servidor, criado há menos de dois anos pela área de Fisioterapia e Saúde Desportiva do Centro de Saúde da Comunidade (Cecom) e que hoje atende a cerca de 500 servidores de diversos setores da Universidade. Os exercícios diários são feitos através do Programa de Ginástica Laboral, uma sequência de práticas específicas aplicadas a cada tipo de tarefa desenvolvida no setor. Simultaneamente, é feita uma avaliação ergonômica visando à organização metódica do trabalho em função das relações entre o funcionário, atividade profissional e o meio ambiente em que atua. "Os resultados obtidos até agora com os servidores da Universidade são bastante satisfatórios", diz Cristiana. Atualmente, dez setores e três unidades da Unicamp estão sendo semanalmente atendidos pelo programa.



Cristiana e Marco Antonio: práticas específicas aplicadas a cada tipo de tarefa desenvolvida

De acordo com Cristiana, que também é professora de educação física, a equipe do programa é solicitada por uma determinada unidade para detectar fatores desencadeantes de problemas de coluna vertebral, e as denominadas doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (DORT), antes designadas lesões por esforço repetitivo (LER), patologia provocada, entre outros fatores, pelo emprego de força e movimen-

tos repetitivos, e por vibração contínua. Depois de detectado o tipo de problema apresentado pelo setor, implanta-se a ginástica laboral, conforme a especificidade originada pela execução de determinadas tarefas.

Sedentarismo – Segundo o fisioterapeuta Marco Antonio Alves de Moraes, com base em informações estatísticas recentes, o índice de servidores da

Unicamp atingidos por quaisquer doenças relacionadas a DORT, ou por inadequação do ambiente físico, mobiliário, organização, máquinas e local de trabalho, é igual ou até mesmo inferior às ocorrências verificadas nos estabelecimentos bancários ou empresas ligadas ao setor industrial.

O sedentarismo, por exemplo, é uma das causas que mais contribui para o aparecimento e agravamento do quadro de várias pa-

tologias. Ao contrário, a prática de atividades físicas, criteriosamente dosadas e adequadas de acordo com o problema que o servidor possa apresentar, certamente trará benefícios e atuará na prevenção de danos ocupacionais.

A ginástica laboral, feita no próprio local de trabalho do servidor, com grupos de até 25 pessoas, é composta basicamente de exercícios de alongamentos para aliviar as tensões de forma a ativar a circulação sanguínea, tornando o organismo mais flexível e apto para a execução de movimentos. Previne ainda lesões em músculos, ligamentos, tendões e articulações. Todavia, Marco Antonio explica que a ginástica não elimina o problema, mas previne ou retarda o seu aparecimento.

Cristiana ressalta que os exercícios preventivos são importantes porque, antes da realização de qualquer tarefa, o servidor está com a musculatura do corpo "fria" e os reflexos menos ativos. Um dos objetivos da ginástica é aumentar a extensibilidade dos músculos de maneira a melhorar a amplitude dos movimentos e ativar os reflexos.

O trabalho de ginástica laboral é desenvolvido também pelo professor de educação física Fábio Martins e pelas fisioterapeutas Cláudia Maria Perez e Renata Di Gazi. (A.R.F.)

ORTOPEDIA

Trabalhos são premiados em congressos

Pesquisas colocam em evidência nacional o Serviço de Coluna da Faculdade de Ciências Médicas

Trabalhos apresentados durante um Congresso da Sociedade Brasileira de Patologias da Coluna colocaram em evidência o Serviço de Coluna do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Unicamp. Reunidos em Gramado (RS), especialistas de todo o Brasil elegeram dois estudos desenvolvidos na Unicamp como os mais importantes do evento.

Coordenados pelo professor Elcio Landim, os estudos "Classificação da ossificação do ísquio na maturidade esquelética e sua correlação com o Sinal de Risser" e "Avaliação de sistemas de fixação para coluna cervical" superaram 80 concorrentes inscritos no Congresso.

A pesquisa "Classificação da ossificação do ísquio" é inédita no Brasil e sugere um novo parâmetro para avaliação do crescimento. Segundo o professor Landim, pelo Sinal de Risser – que aparece na parte alta da bacia em decorrência da calcificação do núcleo do osso ilíaco – é possível saber se o adolescente vai continuar crescendo e estimar o tempo de duração desse processo.

"No entanto, muitas vezes o profissional tem dificuldade em interpretar o Sinal de Risser nas radiografias, seja pela falta de quali-

dade técnica seja porque as cristas ilíacas não aparecem em radiografias da coluna", explica Landim. Depois de observar radiografias de bacias de centenas de pacientes adolescentes, a equipe do Serviço de Coluna da Unicamp notou uma coincidência até então ignorada pela literatura médica.

Um sinal encontrado na porção dorsal inferior do osso ilíaco – denominado crista do ísquio –, facilmente detectado nas radiografias de coluna, é um fiel correspondente do Sinal de Risser e pode ser usado como substituto. A facilidade com que a calcificação da crista do ísquio é detectada poupa o paciente de ser submetido a novas cargas de radiação nos casos em que o Sinal de Risser não é claramente identificado.

A partir dessa constatação, a equipe desenvolveu uma classificação da ossificação da crista do ísquio que pode ser correlacionada com o desenvolvimento do Sinal de Risser. Para realizar a pesquisa, foram estudadas 130 radiografias de pacientes adolescentes – 69 mulheres e 61 homens – com idades que variam entre 10 e 17 anos.

Fixação de titânio – Ao concluir que o sistema de fixação Morscher permite a estabilização da coluna cervical com instrumentação relativamente simples

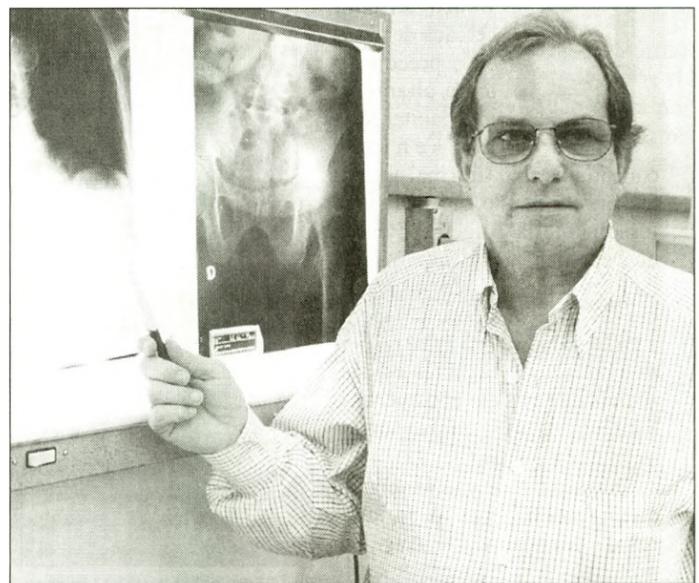
em uma variedade de patologias, com alta taxa de fusão e baixa incidência de complicações, o estudo "Avaliação de sistemas de fixação para coluna cervical" forneceu subsídios importantes para a comunidade médica.

Também inédito no Brasil, o trabalho classificado em segundo lugar no congresso de Gramado relatou a experiência e os resultados obtidos com a utilização da placa de Morscher em diversas patologias cervicais graves como trauma cervical, metástase e artrite degenerativa.

Para comprovar a eficácia desse sistema, 44 pacientes submeteram-se à artrodese – uma fixação cirúrgica de articulações – e fixação anterior cervical, com enxerto ósseo e placa cervical de Morscher.

Segundo o médico-assistente da equipe do Serviço de Coluna, Paulo Cavali, os resultados foram surpreendentes. Em 100% dos casos, ocorreu a consolidação da artrodese. "As patologias complexas da coluna cervical, acompanhadas de deformidade grave, apresentam pequena taxa de fusão caso um sistema de estabilização cervical eficaz não seja utilizado", revela.

Até recentemente, o sistema de estabilização mais comum era uma placa confeccionada em aço. Embora essa placa também garantisse a fixação da artrodese, os



Elcio Landim: reconhecimento com trabalho inédito

exames radiológicos ficavam comprometidos uma vez que o aço interferia na qualidade das imagens.

"Com a placa de Morscher confeccionada em titânio, esse problema acabou. Além disso, ela tem alta estabilidade e garante a fixação da artrodese sem risco de atingir a medula. No caso das placas de aço, esse risco era constante e para evitá-lo era necessário o uso de um equipamento especial disponível apenas em grandes centros cirúrgicos", lembra Cavali.

Apesar de apresentar um

custo elevado quando comparada ao material confeccionado em aço, a placa de Morscher continuará sendo utilizada pela equipe da Unicamp por ser um sistema prático, não apresentar complicações para o paciente e, acima de tudo, garantir a taxa de 100% de fixação.

Além de Elcio Landim e Paulo Cavali, a equipe do Serviço de Coluna do Departamento de Ortopedia e Traumatologia da Unicamp conta ainda com os médicos-colaboradores Wagner Pasqualini e Ivan Veiga. (M.T.S.)

TESES

Cai produção acadêmica sobre movimentos sociais

Mas fenômeno não ocorre por falta de interesse pelo assunto

Observada e relatada por estudiosos da área, a queda na produção de trabalhos acadêmicos sobre movimentos sociais a partir de meados da década de 80 recebeu nova abordagem, em tese de doutorado defendida na Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. Para a professora do Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação (Cepre) da Unicamp, Samira Kauchakje, a redução do número de teses e dissertações sobre os movimentos sociais não revela necessariamente uma diminuição do interesse pelo tema, como comumente é interpretado.

Ao realizar a análise sistemática da produção acadêmica sobre movimentos sociais entre 1970 e 1995, a pesquisadora comprovou que nos programas de pós-graduação em humanas da USP e Unicamp, embora a proporção entre trabalhos sobre movimentos sociais e temas diversos tenha diminuído no final da década de 80, observou-se um aumento significativo da diversidade de tipos de movimentos sociais estudados.

“Se na década de 70 e início dos anos 80 os movimentos de re-

vindicação urbana multiplicaram-se pelo Brasil e despertaram grande interesse acadêmico, ao final dos anos 80 os estudos engendrados nas academias acompanharam as intensas modificações observadas no campo do movimento social e passaram a explorar temas relativos à transição política e à democracia. Assim, novos desafios teóricos foram propostos nesta área do conhecimento”, analisa Samira.

Depois de realizar uma leitura de aproximadamente 500 trabalhos elaborados na Unicamp e na USP, enfocando sete tipos de movimentos sociais — movimentos de trabalhadores, populares, novos movimentos sociais, messiânicos e ligados a seitas e religiões, estudantis, políticos-partidários e das elites econômicas — a pesquisadora escolheu os 322 que se adequaram a um critério de seleção previamente estabelecido.

Arquivos vasculhados — O mapeamento e a sistematização desses trabalhos compuseram a tese de doutorado “Movimentos sociais na academia: um olhar sobre as teses e dissertações produzidas na Unicamp e USP entre 1970-1995”, que teve orientação

da professora Maria da Glória Marcondes Gohn, da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp.

Durante um ano, Samira vasculhou arquivos informatizados, catálogos manuais e catálogos em CD-ROM para realizar a sistematização de 116 trabalhos da Unicamp e 206 da USP. “Ao realizar uma análise qualitativa de dados quantitativos, utilizamos uma metodologia pouco ortodoxa. Dificilmente encontraremos um outro trabalho brasileiro nesta área que contenha dados dispostos em um número significativo de figuras e gráficos”, acredita a pesquisadora.

Os anexos são outro ponto de destaque da tese. Comumente vistos como suporte para o corpo da pesquisa, os anexos do trabalho de Samira trazem os dados de catalogação e os resumos de cada uma das teses e dissertações selecionadas, fornecendo assim informações valiosas para os pesquisadores que se interessarem pelo tema ou quiserem aprofundá-lo.

Movimentos trabalhistas — Quando comparou a ênfase dada pelo corpo docente e discente das duas universidades a cada um dos sete tipos de movimentos sociais



Samira: pesquisa sobre 500 trabalhos da Unicamp e USP

analisados, Samira constatou um maior número de teses e dissertações sobre o movimento de trabalhadores. Em seguida, apareceram os movimentos populares, os novos movimentos sociais, os messiânicos e os ligados à religião, os político-partidários, os estudantis e, finalmente, os movimentos de elites econômicas.

“As pesquisas sobre movimento de trabalhadores são as únicas que percorrem todo o período abrangido pelo estudo. Os trabalhos sobre movimentos populares são também bastante constantes”, relata Samira. As teses e dissertações sobre novos movimentos sociais aparecem com maior frequência a partir da segunda metade dos anos 80 e tratam em grande parte do movimento de gênero, especialmente de mulheres.

Os estudos sobre movimentos messiânicos e ligados à religião, embora em menor número e com menos constância, estiveram presentes desde o início do período estudado até meados dos anos 80. As pesquisas sobre movimentos político-partidários, estudantis e de elites econômicas foram concluídas principalmente nos anos 90.

“Esse acompanhamento permitiu-nos constatar que a produção teórica sobre movimentos sociais tem estreita relação com o contexto político, econômico e social em que o país está inserido. Assim, podemos esperar que a recente mobilização e visibilidade dos movimentos dos trabalhadores rurais, especialmente o Movimento dos Sem-Terra, traga como reflexo na academia um aumento importante da produção sobre o assunto”, acredita a pesquisadora. (P.C.N.)

DOENÇA DE HANSEN

Os aspectos psicossociais da hanseníase

Quando tratados sem preconceito ou discriminação, pacientes apresentam mais chances de cura

Doença milenar cercada de mitos e de preconceitos e altamente incapacitante, a hanseníase constitui-se ainda um mal presente. Para eliminá-lo, defende a professora Maria Angélica Puntel, do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), é necessário superar a visão reducionista a seu respeito e considerar aspectos psicossociais que cercam não apenas o hanseníaco como também sua família e comunicantes.

Munida da experiência de quem trata há anos os portadores da doença, Maria Angélica uniu seus conhecimentos sobre a hanseníase aos do antropólogo Marcos de Souza Queiroz, especialista em saúde mental, pesquisador do Núcleo de Estudos Psicológicos e também professor da FCM. O resultado foi a elaboração do livro *A Endemia Hanseníaca: Uma Perspectiva Multidisciplinar*, publicado pela Editora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Adesão ao tratamento — Nas 115 páginas do livro são apontados aspectos biológicos e sociais que envolvem a hanseníase e seus portadores, caracterizando a amplitude multidisciplinar da pesquisa.



Maria Angélica: pesquisa une medicina e antropologia

Por meio de depoimentos de personagens entrevistados, os pesquisadores relatam os mitos e a cruel realidade da doença, cujo portador muitas vezes hesita em aceitar, chegando a atribuir, em alguns casos, o fato de ser hanseníaco ao tipo de trabalho que executou no passado, dando a plena certeza de que, apesar de milenar, a hanseníase, seus tipos, tratamento e forma de contágio são desconhecidos até mesmo pelos próprios doentes e seus comunicantes.

A busca da cura na medicina popular, a dificuldade de ade-

ção ao tratamento, que tem de contar também com o apoio e a participação da família, a profunda discriminação e o sentimento de menor valia dos doentes são abordados ainda pelos pesquisadores como fatores importantes no cotidiano dos hanseníacos, capazes de interferir na conquista da cura. “Hanseníase pode significar medicação, cura, não-deformidade, não-preconceito e não-discriminação”, assegura Maria Angélica.

Mas o que se pode ver, sustenta a pesquisadora, é o despreparo dos profissionais da área

de saúde que, muitas vezes, confundem a doença com, por exemplo, o reumatismo ou a diabetes. Isso pode levar à confirmação tardia do diagnóstico da hanseníase. Para evitar situações como a descrita, Maria Angélica propõe a criação de equipes multiprofissionais e altamente preparadas em acolhimento e aconselhamento para acompanhar os portadores da doença. “Deve haver treinamento para as ações médicas e de enfermagem. Esse aperfeiçoamento pode vir com a melhoria do ensino médico e de enfermagem sobre a doença, já que os profissionais que atuam na área de saúde pública devem ter conhecimento específico sobre a hanseníase”, observa.

Novos conhecimentos — Esse poderia ser o melhor caminho, acredita, para pelo menos se aproximar da meta proposta pelo Ministério da Saúde, que pretende erradicar a hanseníase no país até o ano 2000. Mas o contato diário do contingente de 1.056 hanseníacos inscritos no programa de combate à doença do Centro de Saúde Faria Lima, ligado à Secretaria de Saúde de Campinas, onde Maria Angélica também presta assistência de enfermagem, mostra que a conquista da erradicação pode estar distante

se não houver interesse das autoridades de saúde em envolver profissionais e também a família dos portadores na luta pela cura da doença. “O hanseníaco, por uma série de fatores psicossociais, tem dificuldade em dar continuidade ao tratamento ou à execução dos exercícios prescritos”, lembra. Embora cercada de preconceito, a hanseníase, quando diagnosticada em sua fase inicial e tratada corretamente, em geral atinge a cura. Os pesquisadores lembram também a necessidade de prevenção à doença e às suas consequências, como a deformidade e o contágio.

O livro, que reproduz a pesquisa, lembra Marcos de Souza Queiroz, difere de outros trabalhos publicados sobre o assunto porque não se restringe a dados epidemiológicos. “Procuramos recuperar a dimensão subjetiva da doença”, diz. Nesse sentido, acredita que o trabalho, pioneiro de abordar aspectos psicossociais deva acrescentar conhecimentos aos profissionais que tratam dos portadores de hanseníase. Ele terá sem dúvida, acrescenta Queiroz, peso significativo na dimensão humana que deve ser dada aos portadores da doença, já que o aspecto emocional, acredita, pode colaborar na cura. (M.C.P.)

SEMINÁRIO

Os departamentos no centro do debate

Glaci Zancan, vice-presidente da SBPC, questiona a necessidade da estrutura departamental

Raquel do Carmo Santos

Os 40 anos de vivência universitária da professora titular Glaci Zancan, do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), permitiram ao público do auditório da Biblioteca Central da Unicamp, na tarde do dia 7 de outubro, ter acesso a uma radiografia das diferentes reformas ocorridas nas universidades desde a década de 60. Também vice-presidente da SBPC, Glaci defende a teoria de que o ensino de graduação deve atender aos anseios da sociedade e que a pesquisa deve também ser aplicada na resolução dos problemas da comunidade. Ela foi convidada para participar da série de seminários promovidos pela Coordenadoria Geral da Universidade (CGU). Em sua palestra "Estrutura Departamental e Cursos de Graduação", a professora discorreu sobre a política universitária e científica desde 1946, quando os departamentos ainda eram chamados de cátedras.

Recheado de estatísticas e discussões, o debate evidenciou que é necessária uma mudança urgente na formação do aluno e que a educação precisa estar centrada no estudante e não no professor. Isto implicaria, segundo Glaci, na mudança de atitude do docente que passaria a ser um facilitador do conhecimento e o aluno, por sua vez, deixaria de ser passivo e dependente. Em sua teoria, o envolvimento dos alunos nos projetos de pesquisa e extensão contaria créditos e a flexibilidade curricular seria estabelecida permitindo uma formação mais adequada a um mundo em rápida transformação.

De acordo com Glaci, o problema das mudanças até agora ocorridas é que, em geral, aconteceram em nível estrutural. "A questão é de mentalidade, e mentalidade não se altera por decretos", comenta. Nesse caso, o valor da nova carta magna da educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), reside no fato de que ela não é constituída de decretos, permitindo desta forma o despertar da criatividade no meio das universidades. "Nenhuma seria igual a outra se aplicada o espírito da reforma", diz.

Departamentos: sim ou não?

— Em meio às discussões entre palestrante e público, concluiu-se que pela LDB não contém, deliberadamente, orientação sobre a organização das universidades e instituições de ensino superior. "Portanto, a lei, ao dar autonomia, permite que cada instituição defina a sua forma de organização", relata Glaci. Neste contexto, coloca-se uma importante questão a ser discutida: deve-se ou não manter os departamentos na estrutura da universidade?

Na opinião da professora, a existência de departamentos deveria estar vinculada ao seu funcionamento em nível acadêmico. Neste caso, a produtividade de cada um teria que passar por avaliações. Como exemplo, ela cita um episódio ocorrido em 1986 na Universidade Federal do Paraná, quando presidiu uma comissão para avali-



Glaci Zancan: "A educação deve estar centrada no estudante e não no professor"

A produção acadêmica nas universidades

De acordo com os dados das 22 universidades brasileiras que estão no topo da produção científica nacional, apresentados pela professora Glaci Zancan, ainda não disponíveis no Diretório de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Unicamp aparece em terceiro lugar em número de docentes produtivos, com 1,54 trabalhos publicados ao ano. Perde apenas para a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/1,87) e para a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/1,57). Em quarto lugar está a Universidade Federal de Viçosa (1,52), seguida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1,45) e Universidade de Brasília (0,91).

Nos dados de evolução da produção acadêmica observa-se um crescimento de maneira geral, em relação ao período 93/94 e 95/97. Foram poucas as universidades que mantiveram o mesmo índice de produtividade. Nesse caso, a UFMG e Unifesp também foram as que mais cresceram na produção. De 1.399 trabalhos publicados em 93/94, com uma média de 1,03 trabalho por doutor, saltou para 1,87, ou seja 2,02 trabalhos por doutor. Este índice garantiu à UFMG ser considerada pela Capes como a universidade de melhor desempenho.

ação dos departamentos.

Analisando os números, ela notou que a média de tempo gasto pelos professores para o ensino de graduação era de 24%. "Havia, no entanto, departamentos cuja dedicação docente às atividades totais não passava de 3% do tempo que lhe era pago", observa. A comissão também registrou que os departamentos com boa carga horária de graduação eram os que tinham melhor produção científica e mantinham programas de pós-graduação. Ou seja, "os departamentos produtivos faziam pelo menos duas atividades bem feitas, enquanto os pouco produtivos não eram bons e não faziam nada bem, embora os professores continuassem recebendo normalmente seus vencimentos".

Outro ponto polêmico apresentado por ela foi que, mesmo considerando-se resumos enviados a congressos, a média de publicações por docente/ano era muito baixa. Portanto, Glaci acredita que muito mais que substituir estruturas ou acabar com departamentos, é importante fazer autocrítica, cor-

Vale lembrar, diz Glaci, que a UFMG realizou uma grande avaliação de seu sistema de pós-graduação, há cerca de dez anos, independente da Capes. O vice-reitor da Unicamp, professor Fernando Galembeck, também destaca as mudanças administrativas, com conteúdo político muito forte e importantes, implementadas pela instituição que, segundo ele, podem estar relacionadas ao grande progresso acadêmico exibido por aquela universidade. Outra questão é a medida adotada pela Capes de atrelar em sua avaliação, os conceitos de produção acadêmica. Para Glaci, "era natural que todo mundo passasse a produzir mais para ter uma avaliação melhor do curso de pós-graduação".

Por outro lado, pelo número de trabalhos publicados e o número de docentes, os índices são baixos. "Significa dizer que há um volume muito grande de docentes que não estão envolvidos na geração do conhecimento", alerta Glaci. Por parâmetros internacionais, comenta ela, sabe-se que são gastos 40% do tempo com as atividades didáticas e orientação de alunos. Resta saber o que os indivíduos estão fazendo com os outros 60% do tempo, indaga. (R.C.S.)

rigir erros e inovar soluções na busca permanente da qualidade acadêmica.

Fixação de currículos — A liberdade de fixação dos currículos dos cursos e dos programas, estabelecida pela nova lei, foi outra controvérsia observada. Segundo o professor Luiz Roberto Sobreira de Agostini, coordenador de graduação da Faculdade de Engenharia Civil (FEC), o enunciado da LDB declara que deve-se seguir as diretrizes gerais pertinentes. Há muito a comissão de graduação da FEC vem tentando, junto ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), identificar quais são essas diretrizes. Agostini tomou públicas interferências nas comissões de especialistas nomeadas pelo MEC, como por exemplo do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea). Com isso, ainda não se tem idéia de como fazer a reestruturação curricular que atenda às inovações tecnológicas do país.

Embora não discordasse de interferência das corporações, a pro-

fessora Glaci acredita que o MEC tem sido infeliz na escolha dos membros das comissões de especialistas. "Precisamos de jovens experientes para dar o salto necessário", diz ela. Seu receio é que os membros que estão assumindo estas funções acabem por definir os mesmos modelos já propostos anteriormente. "Uma posição mais radical seria acabar com o diploma e aí se acabaria com as corporações", enfatiza.

Na opinião do vice-reitor da Unicamp, professor Fernando Galembeck, a questão demanda muita discussão. Não é para menos. Ele lembra o relato do professor José Ellis Ripper, em um seminário realizado em outubro. Formado em engenharia eletrônica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Ripper doutorou-se em física e sua atividade profissional tem sido a de um físico. Como tem registro do órgão de classe, está legalmente habilitado a assumir responsabilidades técnicas de engenheiro. Por outro lado, em sua empresa trabalha um físico graduado que tem grande competência em engenharia mas

sem esse registro profissional, portanto não pode assumir responsabilidades técnicas que acabam recaíndo sobre o professor Ripper. "Por mais que celebremos a liberdade na fixação de currículos, é importante refletir que, no futuro, o jovem criativo que formaremos poderá ser barrado profissionalmente pelas corporações", justifica Galembeck.

Já a professora Helena Costa Lopes de Freitas, da Faculdade de Educação (FE), lembra que há alguns meses as universidades perderam uma ótima oportunidade de propor modelos diferentes quando foram chamadas a participar efetivamente das discussões sobre diretrizes para os cursos de graduação. Segundo ela, as instituições se limitaram a discutir grade curricular, elenco de disciplinas e áreas de formação, amparadas ou não pelas corporações, e deixaram de propor inovações no sentido de avançar em novas formas de articulação da graduação como por exemplo, organização departamental.

Manifesto — Para ilustrar esse fato, a professora Helena cita o manifesto em defesa da reforma universitária, divulgado na edição de julho/98 do *Jornal da Unicamp*, que trata de questões polêmicas da comunidade acadêmica. Ela considera que há, atualmente, duas concepções de universidade. Dois projetos em debate estão explícitos no Plano Nacional de Educação, proposto pelo MEC/INEP e que representa todo o pensamento oficial manifesto na atual reforma educacional. O outro é o plano apresentado pela sociedade civil, aprofundado pelos educadores, reunidos no 2º Congresso Nacional de Educação (Coned), em novembro de 1997. "São dois pontos de vista diferentes de produção acadêmica, científica, do que cabe às universidades. A questão é: como se dará a organização das universidades no sentido de garantir a autonomia para a construção de uma sociedade democrática, voltada para os interesses da população?", indaga.

Nesse ponto, a palestrante convidada, professora Glaci, é categórica ao dizer que a realidade é que hoje se tem uma lei. "No passado já brigamos por outra e perdemos. Para tentar reverter o quadro que aí está, teríamos primeiro que nos organizar para as mudanças e isso demoraria pelo menos mais cinco anos — tempo que a LDB levou para ser discutida no Congresso", afirma. Em sua opinião, o ideal é cada um tratar de fazer de sua instituição um modelo mais condizente com aquele que acredita. A lei faculta esta autonomia e permite que as universidades não sejam iguais. Quanto aos decretos baixados pelo MEC, se forem inconstitucionais, poderão ser discutidos juridicamente.

O problema maior, segundo Glaci, é que não se sabe o que quer. "Ninguém discutiu nada. Na época oportuna as universidades federais estavam em greve e não discutiram", justifica. Agora, o que precisa ser feito, em sua teoria, é acelerar as discussões dentro das universidades para se chegar mais rapidamente a propostas efetivas, antes que se crie uma estrutura contrária a que se espera. "Neste ponto cada instituição terá que promover a sua discussão", conclui.

CESP

Equívocos comprometem setor de energia

Engenheiro diz que a maior supridora de energia elétrica do Estado ainda constrói obra iniciada no final dos anos 70

Depois de superada a era das privatizações, as agências reguladoras do setor de energia elétrica do país terão de estar preparadas para ditar regras eficazes e duradouras para que os investimentos na área prossigam. Terão de evitar também equívocos como alguns registrados em boa parte dos últimos 20 anos, quando o estrangulamento de tarifas comprometeu o equilíbrio econômico-financeiro de algumas empresas do setor elétrico que, por conta da defasagem, tiveram de recorrer a empréstimos para levar adiante seus planos de ampliação e, através deles, garantir não apenas a quantidade, mas também a qualidade da energia elétrica para seus consumidores.

Durante os anos 70, década da expansão empresarial e das grandes aplicações, a parcela de recursos próprios destinados pelo setor de energia elétrica à construção de hidrelétricas e expansão das redes de transmissão se manteve em 36%, na média dos investimentos. Já nos anos 80, com o avanço da inflação e com a aplicação de política tarifária equivocada, o percentual não ultrapassou 15%. Os financiamentos via instituições bancárias quintuplicaram e, sem o empréstimo a juros menores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a procura pelo capital privado dos bancos agravou o problema de caixa de várias empresas do setor.

Colapso — Numa comparação entre tarifas e investimentos, o engenheiro Paulo Ernesto Strazzi demonstra que, enquanto as empresas investiam US\$ 9 bilhões entre 1978 e 1988, a tarifa caía de US\$ 70,00 para US\$ 60,00 ao ano. A prática de tarifas inferiores aos custos, motivada até por questões políticas dos governos militares, provocou, entre 1988 e 1995, a queda nos investimentos pela metade. Nesse período, o setor investiu US\$ 4,5 milhões e o preço da energia elétrica ao consumidor baixou de US\$ 60,00 para US\$ 50,00. “Se o governo não tivesse repensado a política tarifária, o país poderia estar passando hoje, eventualmente, por um colapso no abastecimento”, considera.

Em sua dissertação de mestrado “Relação entre tarifas e investimentos: um estudo de caso, a Cesp”, desenvolvida com orientação do professor Sinclair Mallet-Guy Guerra, e apresentada recentemente ao Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM), Strazzi aponta também como causas das dificuldades financeiras de empresas do

setor alguns empreendimentos equivocados. A Companhia Energética Paulista (Cesp), maior supridora do Estado de São Paulo e maior geradora de energia elétrica do país, é um dos exemplos. A empresa iniciou no final dos anos 70, enquanto havia o chamado “dinheiro barato” no mercado internacional, cinco grandes empreendimentos. “Alguns deles, como a usina de Porto Primavera, no Rio Paraná, ainda se encontra em construção”, destaca.

Eficiência — Apesar dessas ponderações, Strazzi aponta na dissertação a eficiência das energéticas que, mesmo tendo de enfrentar situações adversas em termos de custos, foram capazes de investir e de garantir a oferta de energia, crescente no Brasil, durante o período que se propôs estudar. “Essa capacidade de investir mesmo com problemas de caixa comprova a eficiência”, assinala. Um aspecto considerado no trabalho como altamente negativo para o setor foi a instituição dos subsídios cruzados, que geraram a tarifa equalizada, ou tarifa social, nos anos 70. Ela garantia a mesma tari-



Paulo Ernesto: pesquisa compara tarifas e investimentos

fa para consumidores de todo o país, sem considerar as diferenças de custos entre as empresas.

Depois de uma indefinição que somou quase três décadas, a recuperação das tarifas de energia elétrica só ocorreu de fato a partir de 1994, quando a defasagem já era de 100%. “Antes disso, por conta de políticas até mesmo demagógicas, o setor havia transferido em 20 anos dezenas de bilhões de dólares à sociedade em forma de subsídios”, avalia. Atualmente, com a legislação voltada ao empreendedor, Strazzi considera que cabe à Agência Nacional de Energia Elé-

trica (Aneel) e à Comissão de Serviço Público de Energia (CSPE), no Estado de São Paulo, papel relevante. “Mudanças precipitadas ou indefinições como no passado poderão ser extremamente danosas”, adverte. Ao contrário da época em que o Estado geria o setor, mantendo investimentos e garantindo a qualidade, ainda que sem o retorno financeiro, o capital privado, que conduz hoje as energéticas, pode desestimular-se, suspender investimentos planejados e com isso comprometer o fornecimento e a qualidade da energia elétrica no país. (M.C.P.)

PETRÓLEO

Processo barateia perfuração de poços

Trabalho desenvolvido na FEM usa sistema inteligente e dispensa testes para medição de formações de solo

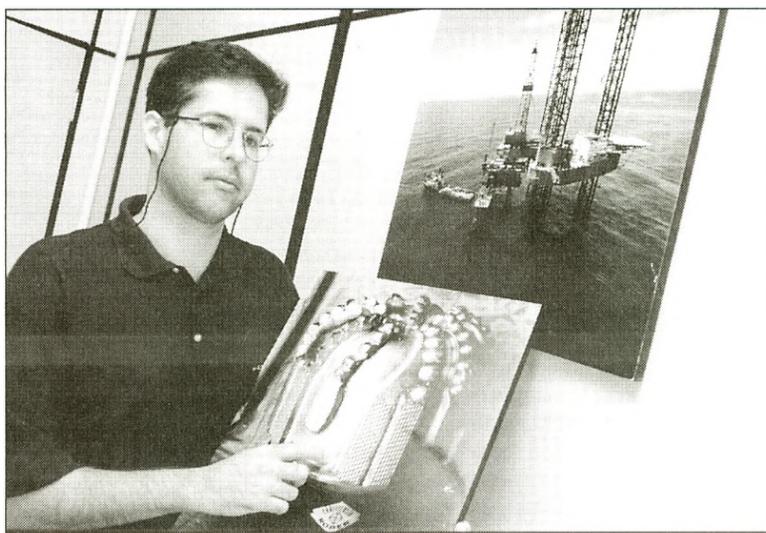
Criar um sistema que torne mais econômico o processo de perfuração de poços de petróleo, sem dispensar a experiência acumulada durante anos por especialistas na atividade. Pelo menos em relação à seleção das brocas tricônicas empregadas na perfuração do solo, a meta foi atingida e está documentada na dissertação de mestrado “O uso do conhecimento especialista e de base de dados na seleção de brocas de perfuração”.

Elaborado pelo físico José Ricardo Pelaquim Mendes, sob a orientação do professor Celso Kazuyuki Morooka, do Departamento de Engenharia de Petróleo da Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM), o trabalho transformou em estruturação organizada, com base nos conceitos de sistemas inteligentes distribuídos, o raciocínio de especialistas de diversas áreas do petróleo, implementados em ambiente específico, o Kards. O programa criado, explica Mendes, analisa e elabora um *ranking* de brocas, indicando quais serão as mais apropriadas para a perfuração, ou seja, que oferecerão menor desgaste por metro perfurado.

Modelo — A vantagem do sistema inteligente resultante da

pesquisa, assinala o físico, é que ele utiliza as mesmas informações dos especialistas e torna desnecessários testes para medição das formações do solo, muitas vezes realizados quando o poço está localizado em regiões cujas características são desconhecidas dos responsáveis pela perfuração. Dispensa também o emprego de modelos analíticos para o reconhecimento da broca ideal para o trabalho. “Os modelos matemáticos existentes muitas vezes esbarram em sua complexidade e levam também à necessidade de realização de testes de altíssimo custo por empresas contratadas, que têm por finalidade conhecer o tipo de solo”, acentua.

A experiência dos profissionais que atuam na perfuração, diz Mendes, tem sido preponderante na seleção muitas vezes eficiente das brocas tricônicas que irão rasgar a terra. Essa trajetória foi conservada no sistema inteligente criado no trabalho. Mendes explica que para elaborar o programa foram analisados aspectos como o desgaste e a velocidade das tricônicas, assim como a resistência de rochas que elas atingirão durante a perfuração. Atualmente, a seleção é realizada



José Ricardo: modelo elimina testes feitos por empresas

por engenheiros especialistas que as escolhem a partir de comparações com poços de correlação.

Conceito — As semelhanças entre o solo de poços novos em relação a outros já perfurados levam os especialistas a definir qual a melhor broca a ser empregada. “Esse processo é lento, até que a equipe estabeleça um programa adequado à região”, afirma. Além disso, assim que novas brocas surgem no mercado com melhorias de projeto ou com a utilização de novos materiais, parte-se para novos processos na tentativa de

identificar regiões onde elas seriam adequadas.

Na perfuração, normalmente em profundidade que pode ultrapassar os dois mil metros, são utilizadas entre quatro e cinco brocas apenas na primeira fase do trabalho. A prática, conta Mendes, é usar ao máximo a peça, até que o desgaste comprometa sua eficiência. “Durante a perfuração de um poço de petróleo podem ser empregadas até 20 delas, já que à medida em que a profundidade vai aumentando as formações começam a endurecer”, esclarece o pesquisador. Por isso, assinala, é indispensável que a broca seleciona-

da desgaste-se o mínimo possível.

O emprego da inteligência artificial, segundo Mendes, é promissor. No ramo do petróleo já existem aplicações desses conceitos na resolução de problemas em plantas de processo, no bombeamento mecânico e, entre outros, no gerenciamento de operações de completação. “No caso da seleção de brocas, o programa possui vantagem em relação aos modelos analíticos porque pode considerar com facilidade todos os parâmetros envolvidos no processo de escolha a partir de resultados reais obtidos no campo”, diz.

Mendes considera positivo em relação às fórmulas matemáticas o fato de seu programa poder avaliar casos que acontecem durante a perfuração de um poço, como quebra ou perda do cone da broca. “Isso é possível porque ele se baseia em conhecimento de especialistas. Com o passar do tempo o desempenho do trabalhador na área melhora e ele passa a resolver situações mais complexas, consegue identificar variantes mais relevantes e relacioná-las de maneira mais eficiente para a solução de problemas específicos”, considera. Essa experiência contida no programa, considera Mendes, terá relevância na formação de novos técnicos em perfuração de poços. (M.C.P.)

MINERAÇÃO

Estudo do IG avalia extração de ouro baiano

Mineral produzido no Estado corresponde a 12% da produção do país

Depois de ter enfrentado, desde o Século 18, a exaustão das jazidas, um dos grandes motivos que provocou o desvio dos investimentos externos para as colônias inglesas, o ouro volta a despontar como um dos principais produtos minerais da Bahia, ficando atrás somente dos minerais energéticos, em termos de valor de produção. A expansão, verificada a partir do interesse do governo em incentivar a pesquisa e a mineração no Estado, acentuada com a instalação da Companhia Vale do Rio Doce, na década de 70, contribuiu para que o mineral se consolidasse como fonte de receita para o Estado.

Perspectivas — O salto começou a ser notado com maior intensidade desde o início dos anos 90, a ponto de terem sido retirados nas minas baianas 8.649 quilos de ouro, em 1996, que representaram 24,45% da produção mineral da Bahia e geraram para o Estado US\$ 87,07 milhões. A produção baiana já corresponde a 11,93% do total de ouro produzi-

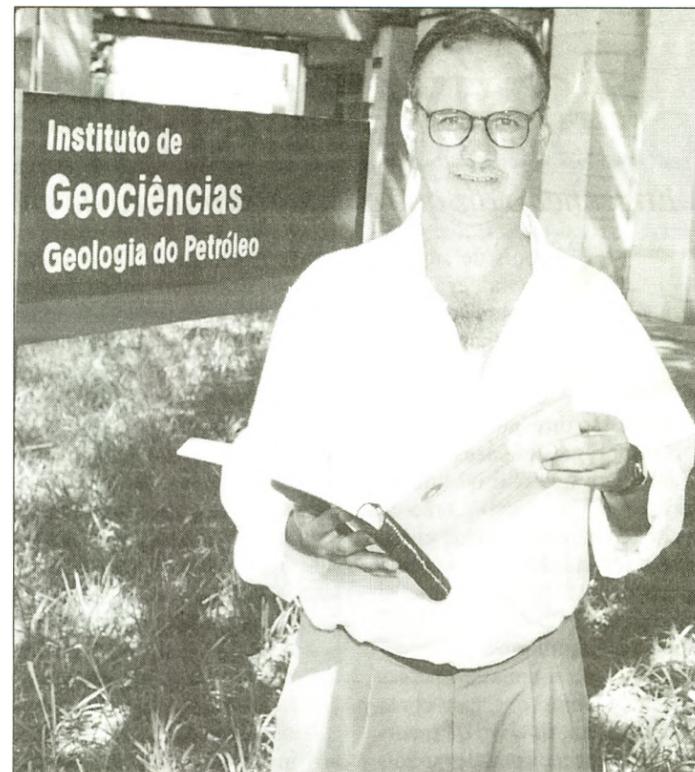
do no Brasil, perdendo apenas para o Pará, Minas Gerais e Mato Grosso.

A importância econômica, o estágio de extração e as perspectivas de produção do minério naquele Estado são o tema central da dissertação de mestrado "A evolução da produção de ouro na Bahia", desenvolvida pelo economista Oséas Pontes Neto, com a orientação do professor Iran Machado, do Instituto de Geociências (IG). O trabalho, subsidiado por pesquisas em documentos históricos da Universidade Federal da Bahia, da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral e da Superintendência de Geologia e Recursos Minerais, traz não apenas as perspectivas futuras e o estágio atual de produção, como também um levantamento histórico da importância do mineral desde o período do Brasil colonial.

De acordo com as pesquisas realizadas para a elaboração do trabalho, conta Neto, a boa performance do metal determinou a instalação de cinco novas empresas no Estado, todas elas ainda em fase de implantação. "Existem cinco outras com atividades pa-

ralizadas, mas que podem voltar a operar a qualquer momento", assinala. Entre as três mineradoras em atividade na Bahia, o domínio absoluto da produção fica com a Companhia Vale do Rio Doce, responsável por 80% da extração. A Jacobina Mineração e Comércio cabem 19,5% e a Goela da Ema extrai 0,5% do ouro baiano.

Garimpos — Apesar de a supremacia na extração ficar com as mineradoras, existem na Bahia 129 garimpos, sobretudo em Jacobina e Correntina, principais áreas de produção garimpeira. "Há estudos para a formação de cooperativas de garimpeiros a exemplo da existente em Brotas de Macaúva", diz o pesquisador. Em Gentio do Ouro, uma área é destinada apenas para os garimpeiros. Mas o garimpo, mesmo coexistindo pacificamente com as mineradoras, é marcado por uma série de problemas. A exploração do trabalho infantil é um deles. Seus trabalhadores, além disso, não dispõem de profissionalização e extraem o ouro de maneira rudimentar. Os garimpeiros trabalham também



Oséas: histórico e perspectivas da produção na Bahia

sem qualquer assistência médica e sem ter recolhidos seus encargos. "Garimpar acaba se tornando trabalho de agricultor sem emprego e isso dificulta um maior controle sobre a atividade", ressalta.

Por conta da evolução do ouro no Estado, áreas com potencial de produção, como a Bacia do Rio Pardo, com 2,7 mil quilômetros de extensão, encontram-se em processo de negociação com empresas internacionais de mineração. Sobradinho, Mundo Novo, Juazeiro, Brumado, Serra das Éguas, Ibitiara, Ubaracaba e Uburanas, localizadas ao Norte,

ao Leste e centro da Bahia têm importância relevante na produção do mineral. A importância econômica do metal levou o governo a investir US\$ 500 mil na organização, implantação e assistência técnica aos garimpos de Gentio do Ouro, onde a extração do mineral provocou contaminação por cianeto. Mas os problemas ambientais causados na atividade, acentua Neto, são de menor relevância, uma vez que o sistema de mineração não provoca devastação ambiental. O que existem, segundo o pesquisador, são casos localizados de contaminação. (M.C.P.)

LIVRO: O IMPACTO DA CULTURA!

De 3 de novembro a 23 de dezembro
supercampanha de venda de livros nas
Livrarias da Editora da Unicamp

Descontos de 20% a 40%

Aproveite!

Livraria da Biblioteca Central e
Livraria do Ciclo Básico



EDITORA DA
UNICAMP



O DIREITO À EDUCAÇÃO
Lutas populares pela escola em Campinas
Rosa Fátima de Souza

Co-edição com o Centro de Memória da Unicamp
Coleção Campiniana
14x21cm
202 páginas
R\$ 12,00

O livro aborda a história da educação popular no Brasil e explica por que tantos cidadãos se encontram fora do processo educacional. A autora analisa, nesta obra, a democratização do ensino como processo resultante de forças e poder que traçaram a ação do Estado e os interesses divergentes dos diferentes grupos sociais em relação à educação.



A ESTRUTURA SINDICAL NO CAMPO
Claudinei Coletti

Co-edição Centro de Memória da Unicamp
Coleção Campiniana
14x21cm
R\$ 20,00

A partir da organização dos assalariados rurais da região de Ribeirão Preto, São Paulo, o autor trata da estrutura sindical no campo. Além disso, propõe uma discussão sobre a Portaria 71 que permitiu, desde 1965, a criação de um sindicato unificado, o STR.



O PCB E A IMPRENSA
Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989
Bethania Mariani

Co-edição Editora Revan
14x21cm
258 páginas
R\$ 26,00

Por meio de uma análise sobre o discurso jornalístico em matérias de jornais veiculadas nas décadas de 1920 a 1980, a autora reconstruiu a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Esta obra apresenta ao leitor informações ideológicas e discursivas que formam a memória política do País.



PANGERMANISMO E NAZISMO
A trajetória alemã rumo ao Brasil
Marionilde de Magalhães

Coleção Momento
14x21 cm
258 páginas
R\$ 15,80

Análise da história do pangermanismo no sul do Brasil, desde a imigração na virada do século até a Segunda Guerra Mundial. A história é baseada em relatos de jornalistas, escritores, e experiências pessoais vivenciadas na época da política alemã.

O livro mostra que os ex-seguidores de Hitler, no Brasil, são vítimas da ditadura de Getúlio Vargas e que o pangermanismo é composto por líderes evangélicos e pessoas comuns que produziram a idéia O nazismo no Brasil é uma doutrina ligada a angústias e incertezas de pessoas do mundo contemporâneo.



TRADUÇÃO
A prática da diferença
Paulo Ottoni (Org.)

Coleção Viagens da Voz
18x18,5cm
160 páginas
R\$ 18,00

Apresenta a perda de fidelidade de um texto ao ser submetido a uma tradução. Textos de grandes autores como Jacques Derrida, Alan Bass, Gineite Ríchaud e Martin Thom, analisados nesta obra, mostram a desconstrução de palavras na psicanálise, a partir de deturpações de termos usados por Freud ao ser traduzidos em outros idiomas.

Valise de cronópio SEBO & BRECHÓ
 Livros, Gibis, Móveis
 CD's, Roupas, Tapetes
 Av. Santa Isabel 246
 Barão Geraldo
 Fone 289-0028

Roteiro de Oportunidades

Há 109 anos o marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República no Brasil e mandou a nobreza embora. Há 13 anos o Jornal da Unicamp tornou-se o melhor veículo para falar com a população* da Unicamp, uma comunidade de alta qualificação.

* mais de 20 mil alunos, mais de 2 mil professores, mais de 6 mil funcionários, mais de 5 mil fornecedores e terceiros que prestam serviço no Campus

Anuncie no Jornal da Unicamp e conserve a nobreza da mídia.

Ligue para anunciar: (019) 289-3134.

PONTA É
PROMOÇÃO
BLUSINHAS A R\$ 10,00
 Loja 1 - Galeria Flamboyant
 Av. Albino J. B. Oliveira 830 - Fone (019) 289-9684

INSTITUTO DE BELEZA
 Cortes masculino, feminino, infantil
 Manicure Pedicure
 Atendimento com hora marcada
 289-0877
 Rua Dr. José Anderson 405A
 (ao lado do B. Real, próx. ao R6)
 Cid. Universitária - Barão Geraldo

ESTRANGEIRO
 ANISTIA - VISTO
 CONTRATO DE TRABALHO
 PERMANÊNCIA
 NATURALIZAÇÃO
Dr. Fernando Cavalcanti
 ADVOGADO
 Fone (019) 961-1255
 Fax (019) 875-1023

Agora com Foto Ferrari, Galleria Shopping é também lugar de boas fotos.

Câmeras KODAK, CANON, PENTAX, YASHICA, NIKON, tripés, flashes e acessórios

FOTOS PARA DOCUMENTOS NA HORA

ÓCULOS DE GRAU

ÓCULOS DE SOL: OS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS DA B&L

FOTO ÓPTICA FERRARI

Venha pro Ferrari. Sua foto merece ir pro Galleria.

Revelação hora

Kodak EXPRESS

José Paulino 925 (foto) F. 231-5877 Unimart F. 744-6909
 J. Paulino 895 (óptica) F. 231-5877 Iguatemi F. 252-0655
 Treze de Maio 458 - F. 234-8985 Galleria F. 207-1128

FLUÊNCIA EM INGLÊS

Viajagens Planet

- Salas Falantes
- Estúdio de Filmagem
- Multimídia
- Plantão SOS
- Biblioteca/Videoteca
- Closed Caption

PLANET IDIOMAS

Aprendizado Garantido ou seu dinheiro de volta, EM DOBRO

Av. Dr. Romeu Tórtima, 391
 Barão Geraldo Fone: 288.0071

Livraria e Papelaria **Angepel**

Livros Didáticos Material Escolar e Escritório
 Impressos Fiscais Xerox e Encadernação

Rua Horácio Leonardi, 12 - B. Geraldo Campinas

LIVRARIA E PAPELARIA TOLEDO
 na Faculdade de Educação Unicamp
 Fone: 788-5560

(019) 289-6303
 289-6304

LANCHONETE DA PIRÂMIDE

frango assado ou pizza grande **só R\$4,50**

DIARIAMENTE DAS 11 ÀS 23 HORAS na compra de você leva

Pizza brotinho 15 cm ou Sanduiche Churrasco R\$ 3,50

R\$ 2,90

I chope grátis

Pizza 40cm Se assada, + R\$ 1,00

Av. Prof. Atilio Martini 424 Cidade Universitária. (289.11.19)

Pirâmide O MELHOR EM ALIMENTOS

LED.LUZ
Materiais Elétricos

Segurança de qualidade em produtos de eletricidade para a sua residência, escritório, loja ou indústria. Várias linhas de iluminação.

VENDAS: RUA EMÍLIO RIBAS, 985 - CAMBUÍ
 Fone/Fax (019) 254-4402 - 254-7202 - Campinas

INFORMÁTICA CARUSO

TecNisys
 VENDAS
 MANUTENÇÃO

Av. Dr. Romeu Tórtima 413 Barão Geraldo - Campinas
 Telefax: (019) 289-2734
 Fone: (019) 289-9179

BUFFET UNIÃO

TUDO PARA FORMATURA

Salão para 2.000 pessoas. Colação, coquetéis, jantares; baile de formatura e outros eventos.

Orçamentos: (019) 231-5956 - 231-7815
 SEM COMPROMISSO. FACILITA-SE O PAGAMENTO.

R. Abolição 1.580 - Ponte Preta - Campinas - Próx. ao Hiperm. Extra

O pré-natal dos dentes saudáveis.

A saúde da dentição começa antes de nascerem os dentes. Antes mesmo de nascer o Bebê.

CENTRO DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PREVENTIVO PARA GESTANTES, BEBÊS E CRIANÇAS

Márcia Amar de Paula Eduardo
 Especialista em Odontopediatria CROSP 42907

Galeria Flamboyant, loja 16
 Fone (019) 289-6648
 Barão Geraldo - Campinas

ARTE SEM FRONTEIRAS

Fórum internacional reúne projetos de integração cultural

Evento realizado em São Paulo no mês de novembro reúne representantes de 17 países da América Latina e prepara encontro de pesquisadores para o ano 2000

Isabel Gardenal

Reunir elementos para a realização do 1º Encontro Internacional de Integração Cultural nas proximidades do ano 2000 e criar um *site* sobre a produção cultural erudita e popular de países da América Latina são alguns dos resultados do 1º Fórum Internacional de Integração Cultural Arte Sem Fronteiras, realizado entre 4 e 7 de novembro em São Paulo. Promovido pela Associação Internacional Arte Sem Fronteiras — organização não-governamental (ONG) criada a partir de discussões ocorridas no Instituto de Artes da Unicamp — o evento reuniu cerca de 85 representantes ligados à área cultural de 17 países da América Latina, além de entidades internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Unesco, o Conselho de Empresários da América Latina (Ceal), o Parlamento Latino-Americano (Parlatino) e o *Interarts Observatory*.

“Nossa proposta é integrar o cidadão à América Latina através da arte”, afirma a professora Mônica Allende Serra, organizadora do evento e prin-

cipal articuladora na criação da ONG (ver *box*). “O encontro teve por objetivo fundamental deflagrar um processo de integração cultural na América Latina e possibilitar que seus participantes estabelecessem as bases para que o início de um efeito multiplicador pudesse ser concretizado”, explica. Segundo a pesquisadora, a partir deste contato inicial reafirmou-se uma co-responsabilidade, formando-se parcerias para a realização desse processo.

Durante o encontro, discutiu-se a cultura como ferramenta para o desenvolvimento sustentável, aprofundando este tema através de três abordagens específicas: identidade e alteridade na América Latina, integração entre sociedade civil e cultura, e política cultural continental.

A partir dessas discussões foram extraídas algumas constatações. Para Mônica, a existência de uma tradição de isolamento, parcialmente rompido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 60, explica a carência de políticas culturais articuladas, assim como o desconhecimento e desvalorização da própria cultura latino-americana. Também a presença do colonialismo, da intolerância e do paternalismo arrogante, em relação aos centros menores,

gera a permanência de inúmeras formas de não-integração. Existe ainda a necessidade de conceituar a cultura como ferramenta para o desenvolvimento e estabelecer parcerias entre os vários setores, para potencializar as ações culturais com impacto na área econômica e social.

Além disso, chegou-se à conclusão de que caíram em desuso os meios de comunicação existentes, que tradicionalmente fortaleceram os laços culturais entre os países da América Latina. Como este fórum teve por finalidade levantar discussões para uma prática futura, esses dados indicam a necessidade de se definir e implementar políticas culturais viáveis, pensando globalmente e agindo localmente. Em médio prazo, deve-se criar e consolidar uma verdadeira cultura política na América Latina. “Povos mais cultos sustentam economias mais estáveis e governos mais democráticos”, avalia a coordenadora da Arte Sem Fronteiras.

Essas discussões estarão inseridas no *site* que também vai centralizar informações recebidas dos adidos culturais dos países participantes. A *home-page* da Associação Cultural Arte Sem Fronteiras deverá estar disponível na Internet no segundo semestre do próximo ano.



Mônica Serra: integrar o cidadão através da arte

ONG surge a partir de discussões no IA

O projeto de integração Arte Sem Fronteiras começou a ser delineado no segundo semestre de 1994, durante encontros e exposições informais feitas por alguns artistas brasileiros, chilenos e argentinos. “Em torno de um primeiro enunciado das bases conceituais do que chamamos Projeto de Integração dos Artistas, pretendíamos difundir a idéia de integração, começando pelas várias modalidades artísticas do Instituto de Artes da Unicamp”, explica Mônica Serra.

No primeiro semestre de 1995 estas idéias estruturaram-se num pré-projeto denominado Projeto Cone Sul, amplamente discutido no âmbito universitário e com alguns artistas não ligados à Universidade. No mesmo ano, este projeto de integração expandiu-se além fronteiras, com o objetivo de estimular e valorizar a criação de diferentes áreas e de difundir a produção de vanguarda entre artistas. Assim, abriu-se um curso in-

tensivo em dança com professores chilenos em novembro de 1995. Formou-se uma Oficina de Criação Conjunta de música, integrando Brasil, Chile e Uruguai, o que culminou com uma apresentação no Teatro Municipal de São Paulo em 1º de dezembro do mesmo ano, tendo como convidado especial o Ballet Stagium. Este evento foi denominado “América em Cena — Arte Sem Fronteiras”.

Outros eventos também contribuíram para consolidar o projeto. Um coreógrafo chileno montou um duo com bailarinas brasileiras e ministrou uma *Master Class de Coreútica* também em novembro de 1995, na escola de dança da Unicamp. Na mesma Universidade, o coreógrafo argentino ministrou um seminário sobre Processos Criativos na Dança Moderna, e as coordenadorias convidaram um grupo de artistas para discutir o futuro das artes nos respectivos países. (I.G.)

LIVRO

Pesquisa analisa influência da cultura popular na formação do bailarino

O congado e a umbanda estão entre as manifestações estudadas

Antonio Roberto Fava

No início de suas pesquisas, Graziela Rodrigues não tinha a dimensão exata da variedade de estilos e tipos de danças regionais no Brasil. Durante 17 anos, Graziela — bailarina, atriz e professora do Instituto de Artes (IA) da Unicamp — embrenhou-se pelo país na busca de suas variadas formas de manifestações culturais através da dança. Foi a Minas Gerais para investigar o congado mineiro; percorreu Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal para estudar a umbanda, o candomblé, a capocira, o congado, o maracatu, a folia de reis, a festa do Divino e

outras folias, o batuque e diversas outras danças regionais.

Parte dessas pesquisas está incluída no livro *Bailarino Pesquisador: Intérprete — Processo de Formação*, lançado pela Funarte com apoio da Fundação Vítas. A obra, de 182 páginas, revela os caminhos que vão do contato da pesquisadora com a cultura popular ao processo de aprendizado do bailarino. A professora ressalta que, na busca de um tipo de dança com identidade, ela trilhou por um Brasil onde “semelhanças espantosas de manifestações culturais” se alastram por toda a extensão do país.

Etnias — O livro mostra as pesquisas que Graziela realizou sobre o congado e a umbanda. Ela pôde verificar que a prática do congado dá-se em várias regiões do Brasil, mais notadamente no Es-

tado de Minas Gerais. Mas diz que “é preciso salientar que cada manifestação apresenta especificidades, em cada região ela é peculiar e cada grupo é único na sua expressão, com suas linguagens distintas e seus sotaques particulares”. Ela ressalta, por exemplo, que o congado é uma expressão cultural que se desenvolveu em torno do culto a Nossa Senhora do Rosário e dos vários santos de cor, como São Sebastião e Santa Efigênia.

No caso da umbanda e do congado, os principais focos de convívio e de aprendizado foram os terreiros de umbanda Pai Joaquim de Aruanda e Boiadeiro de Minas, no Distrito Federal. A comunidade dos Arturos foi pesquisada em Minas Gerais. Graziela explica que a umbanda é uma manifestação cultural complexa, de riqueza simbólica em cons-



Graziela: pesquisa de campo em diferentes estados

tante processo de elaboração, mas que tem sua identidade própria. “A umbanda é um importante referencial para a compreensão do corpo expressivo das manifestações populares brasileiras. É definida como um movimento cuja origem remonta aos processos religiosos das quatro etnias: vermelha, negra, amarela e branca”, diz.

Ela ainda estudou as personagens brasileiras presentes nas manifestações de expressão popular. Uma delas é a Pomba Gira Maceió. A evolução dessa manifestação culmina com a sua passagem para uma outra linha, a dos caboclos, que se desenvolve de modo curi-

oso: vestem-se com sete saias, da chita à seda, calçam saltos altos, usam muitos adornos no corpo e fazem movimentos semelhantes aos de Ijexá (proveniente do candomblé), enquanto permanecem dedilhando suas castanholas ao som de um atabaque. Em seguida, ainda ao som dos atabaques, as mulheres vão se desfazendo de suas saias, de seus adornos, e tiram os sapatos. A representação da Pomba Gira é “exatamente de construção e desconstrução, sem censura estética, onde todos os elementos são possíveis nas diferentes linguagens em que o seu movimento se desenvolve”.